

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Atividades

A Battistella Administração e Participações S/A (“Companhia”) é uma sociedade por ações com sede em Curitiba, Paraná e está registrada na bolsa de valores de São Paulo (“BOVESPA”). Sua controladora e “Holding” é a Battistella Administração e Participações S/A, seu acionista controlador é a Aliança Battistella e Agropecuária e Adm. de Bens Ltda. O endereço de sua sede e principal local de negócios estão descritos na introdução ao relatório anual da administração. A Battistella Administração e Participações S/A e suas controladas (“Companhia”) têm como principais atividades preponderantes:

- a) Comércio de caminhões e ônibus SCANIA, seus acessórios e a prestação de serviços de assistência técnica, através de concessionárias autorizadas;
- b) Industrialização e comércio, florestamento e reflorestamento de madeiras;
- c) Montagem e comercialização de grupos geradores, usinas elétricas e motores;
- d) Prestação de serviços sob a forma de trading company atuando com exportação e importação;
- e) Exploração do ramo de transporte intermodal;
- f) Participação em outras sociedades.

O Grupo Battistella vem paulatinamente reestruturando o perfil do seu endividamento oneroso, quer seja pela venda de ativos operacionais e não operacionais quer seja através de renegociações como, por exemplo, a emissão de debêntures de longo prazo, em junho de 2011, no valor de R\$ 120 milhões.

Em 09 de dezembro de 2011 foi celebrado Contrato de Compra e Venda de quotas da Battistella Distribuidora para a empresa SDMO do Brasil Ltda., o qual previa data de fechamento após cumpridas condições precedentes previstas no referido Contrato.

Em função das atividades do Porto Itapoá terem se iniciado em junho de 2011, a empresa Itapoá Terminais Portuários (TECON SC) recebe, quando necessário, apoio financeiro de seus acionistas na proporção da participação atual na controlada em conjunto, até que o nível de movimentação portuária atinja um volume suficiente para cobrir as necessidades de caixa, o que é esperado pela Administração, ocorra até o final do ano de 2012.

b) Incorporação da Battistella Veículos Pesados Ltda.

Em 08 de abril de 2011, a Incorporadora Battistella Administração e Participações S/A divulgou ao mercado Fato Relevante comunicando sua intenção de, em consonância com seu planejamento estratégico, realizar a incorporação de sua controlada, Battistella Veículos Pesados Ltda..

Em 30 de novembro de 2011, ocorreu a incorporação da Battistella Veículos Pesados Ltda. (incorporada) na Battistella Administração e Participações S/A (incorporadora), conforme Ata da 29ª Assembléia Geral Extraordinária e Protocolo e Justificação de Incorporação.

A incorporação foi justificada pelos seguintes fatos: a) a Incorporada é uma sociedade controlada pela Incorporadora, que detém 100% de seu capital social; b) o Conglomerado Battistella tem focado na permanente busca do fortalecimento de sua estrutura operacional e organizacional; c) que a incorporação é a operação mais adequada e eficiente para integrar as atividades e os objetivos de ambas as Companhias; d) que a incorporação resultará em ganhos de sinergia, com redução de custos financeiros e operacionais, bem como a simplificação de sua estrutura societária; e) que a incorporação não resultará em qualquer tipo de resultado negativo para qualquer uma das partes, clientes, fornecedores e/ou credores.

A incorporada tinha o capital social de R\$ 19.214, totalmente integralizado em moeda nacional dividido em 19.214 quotas sociais de valor nominal de R\$ 1,00 a unidade, totalmente subscritas e integralizadas.

Sendo a incorporadora controladora da incorporada, com participação de 100% de seu capital social, essa incorporação não gerou acréscimo no patrimônio líquido da incorporadora, motivo pelo qual não houve aumento de capital, nem emissão de novas ações.

Por força do presente ajuste, não houve relação de troca de ações, visto que os valores do patrimônio líquido da incorporadora já estão integralmente refletidos no patrimônio líquido da incorporadora, em decorrência da aplicação do método da equivalência patrimonial, sendo que a mesma promoveu a baixa na sua conta de investimento.

c) Continuidade operacional

Com a venda dos ativos mencionados nos itens “a” e “b” acima e na nota explicativa 35, a Administração liquidará substancialmente a dívida de curto prazo e, com o início das operações do Porto, espera aumentar a geração de caixa em montante suficiente que garanta a continuidade de suas operações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e as demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando de acordo com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional adotada e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

2.3. Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Essas demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”). Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adota as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a) Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo, as receitas e as despesas da empresa Itapoá Terminais Portuários S/A e Portinvest Participações S/A (“controlada em conjunto”) estão consolidadas nestas demonstrações financeiras da Companhia na proporção da participação que a Companhia detém no seu capital social (a participação da Companhia na Itapoá é de 42% e na Portinvest de 60%), desde que tratam-se de sociedades controladas em conjunto. Na Itapoá, o Conselho de Administração é composto por membros escolhidos em conjunto pelos sócios. As decisões não são tomadas por um dos sócios exclusivamente, e sim, compete a um órgão colegiado composto por representantes dos acionistas.

O detalhamento das controladas da Companhia, os critérios de consolidação e controladas em conjunto estão apresentados na nota explicativa 12.

b) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

c) Arrendamento

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

A Companhia como arrendadora

As contas a receber de arrendatários referentes a contrato de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

A Companhia como arrendatária

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

d) Contas a receber

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base em análise do percentual histórico de perda dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

A Companhia efetua o cálculo do ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, sobre as operações de longo e curto prazo, quando houver efeito relevante. A taxa de desconto utilizada reflete o efeito do dinheiro no tempo e toma como base taxas de mercado.

e) Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, conforme a classificação dos ativos e passivos financeiros.

f) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

g) Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício, com exceção da Modo Battistella Reflorestamento S.A. – MOBASA que apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período.

h) Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis, utensílios, equipamentos e veículos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). Na vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

i) Propriedade para investimentos

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo os custos da transação.

j) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

k) Ativo Biológico

Os ativos biológicos correspondem a florestas de pinus, as quais são destinadas para produção de madeira serrada, além de venda para terceiros, quando exauridos. O processo de manejo florestal, colheita e replantio para plantios novos tem um ciclo aproximado de 20 anos, variável com base na cultura e material genético a que se refere. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 14.

A avaliação dos ativos biológicos é feita semestralmente, desde que não haja indicativos ou indícios de mudanças significativas, pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado no período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada “variação do valor justo dos ativos biológicos”. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado.

l) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

m) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

n) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

o) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

p) Ativos financeiros

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- o ativo financeiro for parte de uma Companhia gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e
- seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica “Receita Financeira”, na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 23.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa, impostos a recuperar e adiantamentos diversos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

q) Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio do grupo é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo;
- Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- É um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- O passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Companhia, e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- Ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Despesas Financeiras”, na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 23.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

r) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, “swaps” de taxa de juros e de moedas. A nota explicativa 23 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”.

s) Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

t) Lucro por ação

A Companhia apura o saldo de lucro por ação do período com base na atribuição do resultado do exercício a cada classe de ações emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades em circulação durante o período.

u) Apresentação da demonstração do resultado de 31 de dezembro de 2010

A Companhia está reapresentando a demonstração do resultado finda em 31 de dezembro de 2010, conforme determina as normas brasileiras de contabilidade, para refletir a classificação em 31 de dezembro de 2011 dos ativos mantidos à venda e operações descontinuadas, atendendo assim os preceitos de comparabilidade trazidos pelo CPC 31 - ativo não-circulante mantido para venda e operação descontinuada.

Abaixo demonstramos os principais efeitos nesta apresentação da demonstração do resultado:

	Saldo 31/12/2010 anteriormente apresentado	Ajuste CPC 31	Saldo reapresentando em 31/12/2010
Receita líquida	1.084.618	(118.799)	965.819
Variação do valor justo dos ativos biológicos	12.812	-	12.812
Custo dos produtos vendidos e serviços	<u>(930.995)</u>	<u>93.040</u>	<u>(837.955)</u>
Lucro bruto	166.435	(25.759)	140.676
Despesas operacionais	(98.186)	16.290	(75.261)
Resultado financeiro	(55.367)	5.097	(50.270)
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	<u>(7.554)</u>	<u>(174)</u>	<u>(7.728)</u>
Lucro líquido das operações continuadas	5.328	2.089	7.417
Prejuízos nas operações descontinuadas	<u>(8.377)</u>	<u>(2.089)</u>	<u>(10.466)</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(3.049)</u>	<u>-</u>	<u>(3.049)</u>

2.4. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Foram aprovados e emitidos até a divulgação das referidas demonstrações financeiras, normas da CVM, novos pronunciamentos técnicos contábeis, além de revisões de pronunciamentos anteriormente publicados, e novas interpretações do CPC e do IASB, aplicáveis ao exercício encerrado a partir de dezembro de 2011 e às demonstrações financeiras de 2011 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras de 2011, para fins de comparação.

Segue abaixo a relação dos novos pronunciamentos, revisões e interpretações emitidas:

Pronunciamento Conteúdo

Modificações à IAS 1 <i>Apresentação das Demonstrações Financeiras (como parte das Melhorias às IFRSs emitidas em 2010)</i>	As modificações à IAS 1 esclarecem que uma entidade pode optar por divulgar uma análise de outro resultado abrangente por item na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.
IAS 24 <i>Divulgações de Partes Relacionadas (já adotada pelo CPC)</i>	IAS 24 (revisada em 2009) modificou dois aspectos: (a) IAS 24 (revisada em 2009) introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e (b) IAS 24 (revisada em 2009) alterou a definição de parte relacionada.
Modificações à IFRS 3 <i>Combinações de Negócios</i>	Como parte das <i>Melhorias às IFRSs</i> emitidas em 2010, a IFRS 3 foi alterada a fim de esclarecer que a opção de avaliar participações minoritárias na data da aquisição estará disponível apenas no caso de participações minoritárias que representem participações minoritárias atuais que dêem a seus detentores direito a participação proporcional no acervo líquido da entidade em caso de liquidação.
Modificações à IAS 32 <i>Classificação de Direitos</i>	As alterações tratam da classificação de certos direitos denominados em uma moeda estrangeira como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros
Modificações à IFRIC 14 <i>Pagamentos Antecipado de Exigência Mínima de Financiamento</i>	As modificações determinam quando as restituições ou reduções de contribuições futuras devem ser consideradas como disponíveis de acordo com a IAS 19.58;

IFRIC 19 <i>Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais</i>	A Interpretação fornece orientação sobre como contabilizar a extinção de um passivo financeiro por meio da emissão de instrumentos patrimoniais.
Modificações à IFRS 7	<i>Divulgações – Transferências de Ativos Financeiros</i> ¹ As modificações à IFRS 7 aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros.
IFRS 9	<i>Instrumentos Financeiros</i> ² IFRS 9 - <i>Instrumentos Financeiros</i> , emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros
IFRS 10	<i>IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas</i> ² De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
IFRS 11	<i>Acordos de Participação</i> De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou <i>joint ventures</i> , conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos.
IFRS 12	<i>Divulgações de Participações em Outras Entidades</i> ² De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.
IFRS 13	<i>Mensuração do Valor Justo</i> ² A IFRS 13 apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo.
Modificações à IAS 1	<i>Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente</i> ³ As modificações à IAS 1 permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente e uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas.
Modificações à IAS 12	<i>Impostos Diferidos – Recuperação dos Ativos Subjacentes</i> ⁴ As modificações à IAS 12 apresentam uma exceção aos princípios gerais da IAS 12 no sentido de que a mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos devem refletir os efeitos fiscais resultantes da maneira na qual a entidade espera recuperar o valor contábil de um ativo.
IAS 19 (revisada em 2011)	<i>Benefícios a Empregados</i> ² As modificações às IAS 19 alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão
IAS 27 (revisada em 2011)	<i>Demonstrações Financeiras Separadas</i> ²
IAS 28 (revisada em 2011)	<i>Investimentos em Coligadas e Joint Ventures</i> ²
IFRIC 20	<i>Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície</i> ² O IFRIC 20 esclarece que as exigências para contabilização dos custos de remoção de resíduos na mineração de superfície,

¹ Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011.

² Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

³ Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

⁴ Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros da Companhia em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a obrigação contratual da Companhia manter esses ativos até o vencimento.

3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a, seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São constituídos pelos saldos de caixa e bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras referem-se basicamente a aplicações pós fixadas e de liquidez imediata, sem perdas significativas no resgate antecipado, contratados em bancos de “1ª linha”. As aplicações financeiras são atualizadas até o limite do valor de mercado desses títulos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, conforme demonstrado abaixo:

<u>Instituição Financeira</u>	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Caixa e Bancos		11.837	1.759	18.447	9.660
Aplicações financeiras de liquidez imediata					
HSBC Bank Brasil S/A (a)	CDB	-	3.002	291	20.005
Banco Votorantim S/A	Em cotas	-	1.201	-	1.200
Banco Bradesco S/A	CDB	3.191	-	3.191	-
Outros		-	-	-	60
Sub-total		3.191	4.203	3.482	21.265
Total caixa e equivalente de caixa		15.028	5.962	21.929	30.925

As aplicações financeiras em moeda nacional, correspondente a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, com taxa média anual aproximada de remuneração de 100% (100% em 31 de dezembro de 2010).

A aplicação financeira no HSBC Bank Brasil S/A esta segregada por empresa da seguinte forma:

- Portinvest Participações S/A de R\$ 291 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 4.199 em 31 de dezembro de 2010);
- Itapoá Terminais Portuários S/A em 31 de dezembro de 2011 de zero (R\$ 12.804 em 31 de dezembro de 2010);
- Battistella Administração e Participações S/A. de zero em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 3.002 em 31 de dezembro de 2010).

Na controladora o saldo de R\$ 15.028 em 31 de dezembro de 2011 é composto por: a) caixa e bancos no montante de R\$ 11.837. b) aplicações de liquidez imediata em CDB no montante de R\$ 3.191.

As aplicações financeiras em CDB podem ser resgatadas imediatamente sem penalidade de juros, possuindo liquidez diária.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

<u>Instituição Financeira</u>	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Banco Votorantin (c)	CDB	5.427	-	5.427	-
Banco Mercantil do Brasil (a)	CDB	931	-	931	759
Deutsche Bank S/A (b)	LFT	-	-	4.409	7.117
Total aplicações		6.358	-	10.767	7.876
Total circulante		6.358	-	6.392	7.876
Total não circulante		-	-	4.375	-

(a) O saldo no valor de R\$ 931 no Banco Mercantil do Brasil é garantidor de empréstimo junto à Battistella Veículos Pesados, com vencimento final em 19.04.2012 (vide nota explicativa 17).

(b) As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Letras Financeiras do Tesouro – LFT, indexada à SELIC. Tais aplicações financeiras são liberadas de acordo com as necessidades de recursos para a construção do Porto e custos fixos da Companhia, após a aprovação pelo Conselho de Administração e pelo Agente Fiduciário da Cédula de Crédito Bancário – CCB. Em 2011, a controlada em conjunto, Itapoá Terminais Portuários S.A., vem realizando depósitos garantidores até maio de 2012, a título de fundo de reserva ao valor equivalente ao maior valor de parcela a pagar de sua CCB a qual será resgatado ao final do prazo deste financiamento.

(c) O saldo junto ao Banco Votorantim é garantidor de empréstimo na Controladora, com vencimento em 25 de junho de 2012 no valor de R\$ 15.058.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Clientes mercado interno	67.109	-	76.893	119.377
Clientes do mercado externo	-	-	2.134	2.803
Títulos de crédito (a)	4.233	-	4.684	5.796
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(560)	-	(3.194)	(4.363)
(-) Ajuste a valor presente	(132)	-	(161)	(526)
Total clientes	70.650	-	80.356	123.087

(a) Os títulos de crédito são compostos, basicamente, por cheques endossados, notas promissórias endossadas, duplicatas e outros títulos, gerados nos processos de vendas, especialmente da área de revenda de veículos.

O prazo médio de crédito na venda de produtos foi de 40 dias em 2011 (48 dias em 2010).

Os valores de contas a receber dados em garantia estão divulgados na nota explicativa 17.

As duplicatas descontadas e as operações de vendedor estão demonstradas como empréstimos e financiamentos no passivo.

A composição das contas a receber, por idade de vencimento, é como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
A vencer	66.916	-	75.097	110.234
Vencidos até 30 dias	1.507	-	3.033	3.906
Vencidos de 31 a 60 dias	508	-	801	3.262
Vencidos de 61 a 90 dias	72	-	136	156
Vencidos a + de 90 dias	2.339	-	4.644	10.418
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(560)	-	(3.194)	(4.363)
(-) Ajuste a valor presente	(132)	-	(161)	(526)
Total clientes	70.650	-	80.356	123.087

O critério para constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa baseou-se na perda histórica dos últimos três exercícios. A Administração considera o montante da provisão suficiente para cobrir eventuais perdas.

Historicamente a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída substancialmente de duplicatas vencidas a mais de 90 dias. A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de Despesas com Vendas.

Abaixo, a movimentação da Provisão para devedores duvidosos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Saldo inicial	-	-	(4.363)	(4.226)
Saldo decorrente da Incorporação	(595)	-	-	-
Constituição	(224)	-	(3.817)	(811)
Classificação para Operação Descontinuada	-	-	1.310	-
Reversão	259	-	3.676	674
Saldo final	(560)	-	(3.194)	(4.363)

7. VALORES A RECEBER DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Recebíveis de arrendamento financeiro - circulante	3.135	-	3.135	1.256
Recebíveis de arrendamento financeiro - não circulante	147	-	147	3.141
Total a receber de arrendamento mercantil	3.282	-	3.282	4.397

Contratos de arrendamento

Em 2007 e 2008 a Battistella Logística adquiriu veículos novos com o objetivo de arrendar esses mesmos veículos. A vigência dos contratos é de 5 anos (60 meses), sem a transferência de propriedade no final.

Classificação do arrendamento

No contrato de arrendamento mercantil todos os riscos inerentes ao bem são de responsabilidade do arrendatário, não havendo qualquer responsabilidade da Battistella sobre o pagamento de seguros, licenciamento, manutenção dos veículos.

Portanto, conforme definição do arrendamento mercantil financeiro, há a transferência substancial dos riscos e também dos benefícios inerentes à propriedade de um ativo.

Considerando que os veículos têm a maior parte da vida econômica transferida para o arrendatário, os riscos são substancialmente transferidos ao arrendatário e o valor presente dos pagamentos se aproxima do valor justo do bem, conforme previsto no ICPC 03, em função disso, a referida operação foi registrada como arrendamento mercantil financeiro na arrendadora.

Recebíveis de arrendamento financeiro

<u>Descrição</u>	<u>Pagamentos mínimos à valor presente</u>			
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Vencidos	-	-	-	57
Em até 01 ano	3.551	-	3.551	1.615
Entre 02 a 05 anos	152	-	152	3.568
Menos: resultado financeiro não incorrido	(421)	-	(421)	(843)
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	3.282	-	3.282	4.397

Os valores residuais não garantidos de bens arrendados por meio de arrendamento financeiro no final do período de relatório são estimados em R\$ 1.928 em 31 de dezembro de 2011 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2010).

A taxa de juros do arrendamento é determinada na data do contrato para todo o período do arrendamento. A taxa de juros média efetiva dos contratos é de aproximadamente 9,90% ao ano.

Os saldos de crédito a receber de arrendamento financeiro no período de divulgação não estão vencidos ou não apresentam perdas de recuperação ao valor recuperável.

8. ESTOQUES

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Produtos Acabados	-	-	1.724	2.750
Mercadorias para Revenda	18.958	-	19.497	18.097
Estoques em Elaboração	-	-	1.368	770
Matérias Primas	-	-	65	7.740
Quotas de Consórcios de Bens Duráveis (a)	399	-	399	520
Outros Estoques	66	-	1.573	1.219
Adtos p/compra estoques (b)	-	-	-	4.383
Sub-total	19.423	-	24.626	35.479
Provisão para Obsolescência dos Estoques (c)	(341)	-	(1.099)	(1.815)
Provisão para desvalorização dos Estoques (d)	-	-	(380)	-
Total Geral	19.082	-	23.147	33.664

(a) As quotas de consórcios de bens duráveis referem-se a valores pagos à Scania Administradora de Consórcios para aquisição futura de veículos destinados a revenda.

(b) Os adiantamentos para compra de estoques referem-se a adiantamentos realizados para compra futura de produtos para revenda, na empresa Battistella Veículos Pesados Ltda. (incorporada em 2011 pela controladora) e Battistella Distribuidora e Indústria de Peças e Equipamentos Ltda.

(c) Calculado com base nos estoques sem movimentação acima de um ano e que não podem ser utilizados em outros processos de fabricação ou sem movimentação.

(d) A provisão para desvalorização dos estoques foi constituída na empresa Battistella Indústria e Comércio Ltda., com base nos produtos que apresentaram valor líquido realizável inferior aos custos registrados contabilmente.

A Administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
PIS (f)	40	51	1.564	236
Cofins (f)	57	42	8.016	1.180
Finsocial (a)	-	-	4.989	4.428
IPI (b)	-	-	841	1.516
Imposto de Renda (c)	552	356	2.396	2.561
Contribuição Social	1	2	29	546
ICMS (b)	166	-	5.979	7.515
INSS (d)	304	-	2.104	2.363
(-) Provisão para não realização (e)	-	-	(2.076)	(2.076)
Total Impostos a recuperar	1.120	451	23.842	18.269
Total circulante	(716)	(451)	(4.113)	(5.107)
Total não circulante	404	-	19.729	13.162

(a) Refere-se a recolhimento de Finsocial feito a maior, cuja recuperação já foi decidida judicialmente de forma final e homologada pela Receita Federal e estão disponíveis para compensação com outros tributos federais pela Companhia. O mesmo encontra-se classificado no ativo não circulante, pois a Companhia está avaliando a melhor forma de compensação desses créditos.

(b) Os valores de ICMS e IPI referem-se a créditos oriundos das operações das Companhias, registrados nos respectivos livros fiscais. Parte desses créditos estão classificados no ativo não circulante no montante de R\$ 5.837, em virtude da capacidade das Controladas em compensar esses montantes no período de doze meses. Dos créditos de ICMS da empresa Battistella Indústria e Comércio Ltda., o montante de R\$ 2.598 foi homologado pelo Estado de Santa Catarina, dos quais R\$ 999 já foram negociados com terceiros e baixados do saldo.

(c) Refere-se, principalmente a IR retido na fonte sobre aplicações financeiras na empresa Itapoá, a qual tem expectativa de realização em período superior a um ano.

(d) Refere-se basicamente a INSS a recuperar de pagamentos a maior realizados pela Battistella Trading S/A, a qual está avaliando a forma de compensação desse crédito, o mesmo encontra-se classificado no ativo não circulante.

(e) A provisão foi constituída com base em estudos para a realização desses impostos, conforme estabelece o CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos.

f) Os créditos de Pis e da Cofins referem-se, principalmente, a créditos extemporâneos dos anos de 2006 a 2011, previsto na legislação não utilizamos pela Companhia. O departamento jurídico da Companhia está estudando a melhor forma para sua utilização.

Dentre as opções para utilização dos créditos mencionados acima, o departamento jurídico da Companhia está realizando estudos visando melhor aproveitamento através de transferências de atividades operacionais entre as empresas do grupo e incorporação de empresas, e pedido de restituição e habilitação junto as autoridades fiscais no Brasil. Os estudos efetuados pela Administração indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas no montante de R\$ 2.076 para cobrir eventuais perdas pela realização desses ativos por valor inferior ao registrado contabilmente.

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Pyatov Participações Ltda (a)	2.814	38.489	2.814	38.489
Outros	720	361	720	807
Total Outras contas a receber	3.534	38.850	3.534	39.296
Total circulante	(3.407)	(38.610)	(3.407)	(39.045)
Total não circulante	127	240	127	251

(a) Refere ao valor a receber pela venda das ações da empresa Vale Rio Canoas Silvicultura e Extração S/A, para a empresa Pyatov Participações Ltda. em 29 de Dezembro de 2010, pelo valor de US\$ 23.100. Ao longo do ano de 2011 houve o recebimento do montante de R\$ 35.383 (equivalentes a US\$ 21.600), sendo o recebimento do saldo remanescente programado para o exercício de 2012.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações entre empresas da Companhia mantidas na Controladora podem ser resumidas como segue:

	31.12.2011	31.12.2010
ATIVO		
Circulante		
Incluído em dividendos ou lucros a receber (a)		
Battistella Trading S.A. – Comércio Intern.	6.349	6.352
	6.349	6.352
Incluído em transações com partes relacionadas (b)		
Battistella Distr.Ind.P.Equiptos Ltda.	208	-
	208	-
Total ativo circulante	6.557	6.352
Não Circulante		
Incluído no saldo de créditos com pessoas ligadas - mútuo (c)		
Portinvest Participações S/A	11.960	-
Total ativo não circulante	11.960	-
	31.12.2011	31.12.2010
PASSIVO		
Circulante		
Incluído em transações com partes relacionadas		
Battistella Indústria e Comércio Ltda. (d)	14.132	25.573
Battistella Veículos Pesados Ltda. (b)	-	130
	14.132	25.703
Incluído em dividendos a pagar (e)		
Mellya Participações	292	292
Outros diversos	11	11
	303	303
Total Passivo Circulante	14.435	26.006
Não Circulante		
Incluído no saldo de Créditos c/Pessoas Ligadas - Mútuo (c)		
Battistella Logística Ltda.	-	328
Battistella Distr.Ind.P.Equiptos Ltda.	-	12.273
Total Passivo Não Circulante	-	12.601

RESULTADO**Receita Prestação de Serviços**

Portinvest Participações S/A

<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
36	90
36	90

Receita Financeira sobre Mútuo (c)

Modo Battistella Reflorest.S.A. – Mobasa

Battistella Distr.Ind.P.Equiptos Ltda.

Battistella Indústria e Comércio Ltda.

Portinvest Participações S/A

Battistella Veículos Pesados Ltda.

Battistella Partic.em Rec.Renováveis S.A.

2	14
66	3
-	37
213	-
-	35
-	3
281	92

Despesa Financeira sobre Mútuo (c)

Battistella Indústria e Comércio Ltda.

Florestal Battistella S/A - Flobasa

Modo Battistella Reflorest.S.A. – Mobasa

Battistella Logística Ltda.

Battrol Distr. Imp. Rol.Peças Ltda.

-	267
-	498
20	2
24	17
504	861
548	1.645

Despesa Financeira (f)

Aliança Battistella Agrop. e Adm. Bens

343 258

Rateio - Despesas (b)

Battistella Indústria e Comércio Ltda.

Modo Battistella Reflorest.S.A. – Mobasa

Florestal Battistella S/A - Flobasa

Battistella Distr.Ind.P.Equiptos Ltda.

Battrol Distr. Imp. Rol.Peças Ltda.

Battistella Veículos Pesados Ltda.

Battistella Logística Ltda.

817	887
596	350
-	125
3.617	3.602
-	6
12.019	12.315
2	21
17.051	17.306

- (a) Referem-se a valores a receber entre a Controladora e as empresas ligadas decorrentes de distribuição de dividendos. Conforme estatuto da Companhia, os dividendos que não forem reclamados após 3 anos da publicação do ato societário onde tal dividendo foi aprovado, serão revertidos em favor da Companhia.
- (b) Referem-se a valores a receber e a pagar entre a Controladora e empresas ligadas originados pelo Convênio de compartilhamento de recursos, esforços e rateio de despesas comuns entre si que celebram as empresas do Conglomerado Battistella, firmado em 02 de janeiro de 2008. O Convênio tem por objetivo estabelecer critérios e parâmetros que obrigam as empresas controladas a reembolsar a empresa Controladora relativamente aos recursos e esforços despendidos por esta com a finalidade de viabilizar a realização das atividades administrativas de forma centralizada, bem como a implementação de atividades ou empreendimentos comuns. Os valores rateados foram baseados nos custos efetivamente incorridos e tem como base substancialmente o volume do faturamento. O convênio pode ser denunciado mediante comunicação expressa entre os partícipes e a empresa principal, com antecedência mínima de 60 dias e rescindido a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações e beneficiando-se das vantagens somente em relação ao período de sua vigência.
- (c) Os contratos de mútuo estão sendo atualizados à taxa de 1% e de 102% CDI ao mês. Os vencimentos desses contratos estão previstos para meados de 2013, com possibilidade de prorrogação por mais 02 (dois) anos, excuso o contrato com a Portinvest Participações S/A que possui prazo de 5 anos com vencimento em 2016.
- (d) Refere-se ao valor a pagar pela aquisição de florestas pela Florestal Battistella S.A. (incorporada pela Controladora em 2010) da Battistella Indústria e Comércio Ltda., ambas controladas pela Companhia.

- (e) Referem-se principalmente a dividendos a pagar na Controladora do ano de 2007 e de dividendos da controlada Modo Battistella Reflorestamento S.A., para não controladores.
- (f) Refere-se a despesas com aval sobre garantias de empréstimos dadas a Controladora.

As transações entre empresas da Companhia mantidas no Consolidado com partes relacionadas, não eliminadas para fins de consolidação, podem ser resumidas como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<u>PASSIVO</u>		
Circulante		
Incluído em dividendos a pagar (e)		
Mellya Participaciones SL	292	292
Outros na controladora	11	11
Não controladores da empresa Modo Battistella	272	545
	<u>575</u>	<u>848</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<u>RESULTADO</u>		
Despesa Financeira (f)		
Aliança Battistella Agrop. e Adm. Bens	320	258

Vendas de Produtos e Serviços entre empresas

Ocorreram as seguintes operações de vendas de produtos e serviços entre empresas relacionadas:

	<u>31.12.2011</u>		<u>31.12.2010</u>	
	<u>Vendas</u>	<u>Compras</u>	<u>Vendas</u>	<u>Compras</u>
Battistella Ind.e Comércio Ltda	382	7.573	6.030	5.269
Modo Battistella Reflorest. S/A - Mobasa	7.570	-	5.138	6.030
Portinvest Participações S/A	-	-	-	90
Florestal Battistella S/A - Flobasa	-	-	126	-
Battistella Veículos Pesados Ltda	65	4	103	-
Battistella Distr.Ind.Peças Eqptos Ltda	7	447	147	634
Battrol Distr. Imp.Rolmts e Peças Ltda	-	-	531	142
Battistella Adm. e Partic. S/A	-	-	90	-
	<u>8.024</u>	<u>8.024</u>	<u>12.165</u>	<u>12.165</u>

Nas transações comerciais com partes relacionadas, a Companhia utiliza preços e prazos definidos entre as partes. Para fins de consolidação, 100% dos valores foram eliminados.

Remuneração e benefícios da administração

Remuneração

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Conselho de administração	2.505	624	2.589	1.137
Diretoria	709	993	2.653	2.117
	<u>3.214</u>	<u>1.617</u>	<u>5.242</u>	<u>3.254</u>

Benefícios

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Conselho de administração (a)	249	6	179	6
Diretoria (b)	107	106	228	195
	<u>356</u>	<u>112</u>	<u>407</u>	<u>201</u>

A remuneração da administração é fixada pelo Conselho de Administração em Assembléia Geral Ordinária – AGO de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto da Companhia. Desta forma, na AGO realizada 28 de abril de 2011 foi deliberado o montante da remuneração anual do Conselho de Administração e da diretoria fixada em R\$ 4.800 para a controladora no exercício de 2011. A remuneração fixada para o exercício de 2010 correspondia a R\$ 3.000.

A remuneração da administração (benefícios de curto prazo) contempla os honorários dos respectivos conselheiros, honorários e remuneração dos diretores. Os referidos montantes estão registrados na rubrica “Honorário dos Administradores”.

A Companhia não possui plano de previdência ou remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações.

- (a) Refere-se a gastos com plano médico
- (b) Refere-se a gastos com plano médico e aluguel de veículo.

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

a) Critérios de Consolidação

As demonstrações financeiras de 2011 foram preparadas com base nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis baseando-se no pronunciamento CPC 36. O quadro de participações está demonstrado a seguir:

Controladas e Controladas em Conjunto	Atividade Principal	Local de constituição e Operação	Participação e capital votante detidos - %	
			31.12.2011	31.12.2010
Battistella Adm.de Bens Ltda.	Compra e venda imóveis	Curitiba/PR	100,00%	100,00%
Battistella Ind.e Com. Ltda.	Com.atacadista de madeira e produtos derivados	Rio Negrinho/SC	100,00%	100,00%
Battistella Logística Ltda. (*)	Transporte intermodal	São José Pinhais/PR	0,00%	100,00%
Battistella Trading S.A – Com. Intern.	Participações em outras sociedades	Rio Negrinho/SC	100,00%	100,00%
Battistella Veículos Pesados Ltda. (*)	Comércio atacadista de caminhões novos e usados	São José Pinhais/PR	0,00%	100,00%
Modo Battistella Refl.S/A - Mobasa	Atividades de produção florestal	Rio Negrinho/SC	99,29%	98,35%
Portinvest Participações S.A.	Operações com terminais portuários	Itapoá/SC	60,00%	60,00%
Itapoá Terminais Portuários S/A	Operações com terminais portuários	Itapoá/SC	42,00%	42,00%
Tangará Participações Ltda.	Holding	Curitiba/PR	100,00%	100,00%
Battistella Ind.Com.Máquinas Ltda.	Ind. E comércio de máquinas, veículos e	Colombo/PR	100,00%	100,00%
Battrol Distr.e Imp.de Rol.e Peças Ltda.	Comércio de rolamentos e prods correlatos, prestação serv assist.técnica	São Paulo/SP	100,00%	100,00%
Rio Barigui Adm. de Bens S/A	Administração de bens, títulos, direitos e renda	Curitiba/PR	100,00%	100,00%
Rio Passaúna Administradora de Bens Ltda	Administração de bens, títulos, direitos e renda	Curitiba/PR	100,00%	0,00%
Battistella Distrib. e Ind. de Peças Equipamentos Ltda.	Com.Distrib.e Prestação de Serviço no segmento de Energia Auxiliar	São Paulo/SP	100,00%	100,00%

(*) Empresas incorporadas pela Controladora em 2011.

b) Consolidação Proporcional - Sociedades controladas em conjunto:

b.1) Itapoá Terminais Portuários

Os componentes do ativo e passivo, as receitas e as despesas da empresa Itapoá Terminais Portuários S/A estão consolidadas nestas demonstrações financeiras da Companhia na proporção da participação que a Companhia detém no seu capital social (a participação da Portinvest na Itapoá é de 70% e indiretamente a participação da Controladora na Itapoá é de 42%), desde que trata-se de sociedades controladas em conjunto. Na Itapoá, o Conselho de Administração é composto por membros escolhidos em conjunto pelos sócios. As decisões não são tomadas por um dos sócios exclusivamente, e sim, compete a um órgão colegiado composto por representantes dos acionistas.

b.2) Portinvest Participações S/A

Conforme Estatuto Social da Portinvest, Ata sumária da 12ª Assembléia Geral Extraordinária, de 23 de junho de 2009, a aprovação das matérias que estão sujeitas ao quorum qualificado nas sociedades investidas dependerá de prévia aprovação pelo Conselho de Administração, composto por 5 membros, escolhidos em conjunto pelos sócios da Portinvest. As decisões não são tomadas exclusivamente por um dos sócios, sendo que o mecanismo de tomada das decisões compete a um órgão colegiado composto por representantes dos acionistas.

Os componentes do ativo e passivo, as receitas e as despesas da empresa Portinvest Participações S/A estão consolidadas nestas demonstrações financeiras na proporção da participação no seu capital social (60%), já que se tratam de sociedades controladas em conjunto.

c) Incorporação de Empresa

c.1) Incorporação da empresa Battistella Logística Ltda. na Battistella Veículos Pesados Ltda.

Em 31 de agosto de 2011, a empresa Battistella Logística Ltda. foi incorporada na Battistella Veículos Pesados conforme protocolo e Justificação de Incorporação e 65ª Alteração Contratual.

A incorporação é justificada pelos seguintes fatos: a) a incorporada e incorporadora são integrantes do Conglomerado Battistella; b) o Conglomerado Battistella tem focado na permanente busca do fortalecimento de sua estrutura operacional e organizacional; c) que a incorporação da incorporada pela incorporadora é a operação mais adequada e eficiente para integrar as atividades e os objetivos de ambas as Companhias; d) que a incorporação da incorporadora pela incorporada não resultará em qualquer tipo de resultado negativo para qualquer uma das partes, clientes, fornecedores e/ou credores.

Em decorrência da incorporação, de acordo com o laudo de avaliação, preparado com base nos livros contábeis, o patrimônio da incorporadora foi aumentado no valor estimado de R\$ 1.9645 mediante a emissão de 1.964.739 novas quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 cada nova quota a serem atribuídas a Battistella Administração e Participações S/A (controladora), em substituição das quotas da incorporada que serão extintas.

A incorporação foi realizada pelos valores dos livros contábeis na data.

c.2) Incorporação da Battistella Veículos Pesados Ltda.

Em 08 de abril de 2011, a Incorporadora (Battistella Administração e Participações S/A divulgou ao mercado Fato Relevante comunicando sua intenção de, em consonância com seu planejamento estratégico, realizar a incorporação de sua controlada, Battistella Veículos Pesados Ltda..

Em 30 de novembro de 2011, ocorreu a incorporação da Battistella Veículos Pesados Ltda. (incorporada) na Battistella Administração e Participações S/A (incorporadora), conforme Ata da 29ª Assembléia Geral Extraordinária e Protocolo e Justificação de Incorporação.

A incorporação foi justificada pelos seguintes fatos: a) a Incorporada é uma sociedade controlada pela Incorporadora, que detém 100% de seu capital social; b) o Conglomerado Battistella tem focado na permanente busca do fortalecimento de sua estrutura operacional e organizacional; c) que a incorporação é

a operação mais adequada e eficiente para integrar as atividades e os objetivos de ambas as Companhias; d) que a incorporação resultará em ganhos de sinergia, com redução de custos financeiros e operacionais, bem como a simplificação de sua estrutura societária; e) que a incorporação não resultará em qualquer tipo de resultado negativo para qualquer uma das partes, clientes, fornecedores e/ou credores.

A incorporada tinha o capital social de R\$ 19.214, totalmente integralizado em moeda nacional dividido em 19.214 quotas sociais de valor nominal de R\$ 1,00 a unidade, totalmente subscritas e integralizadas.

Sendo a incorporadora controladora da incorporada, com participação de 100% de seu capital social, essa incorporação não gerou acréscimo no patrimônio líquido da incorporadora, motivo pelo qual não houve aumento de capital, nem emissão de novas ações.

Por força do presente ajuste, não houve relação de troca de ações, visto que os valores do patrimônio líquido da incorporadora já estão integralmente refletidos no patrimônio líquido da incorporadora, em decorrência da aplicação do método da equivalência patrimonial, sendo que a mesma promoveu a baixa na sua conta de investimento.

A incorporação foi realizada pelos valores dos livros contábeis na data pelo patrimônio líquido de R\$ 23.694.

d) Aumento e redução de Capital de empresa Controlada

d.1) Battistella Distribuidora

Em 20 de outubro de 2011 houve a redução do Capital social da Battistella Distribuidora e Ind. de Peças e Equipamentos Ltda. no valor de R\$ 7.590, representado por 12.840.889 cotas sociais, na participação da sócia Battistella Administração e Participações S/A. O reembolso relativo às quotas canceladas deu-se através de transferência de imóvel e cessão de transferência de créditos para a referida sócia.

d.2) Modo Battistella Reflorestamento

Em 29 de novembro 2011 a Battistella Administração e Participações através de sua controlada Battistella Veículos Pesados (incorporada em 30 de novembro de 2011) firmou contrato para compra de ações, representando 0,9457% das ações totais da Companhia controlada, de acionistas não controladores. O valor pactuado nesta operação foi de R\$ 1.849 mil, gerando ágio pela aquisição no montante de R\$ 631 mil, o qual encontra-se registrado no patrimônio líquido da controladora, o valor de R\$ 890 considerado como aumento de capital na controlada e o valor de R\$ 328 de reversão de dividendos a pagar.

e) A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas demonstrações financeiras da Controladora, é como segue:

	Saldo 31.12.2010	Aumento (redução) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Lucros e dividendos distribuídos	Transferência para operações descontinuadas (*)	Incorporação	Baixas / Transf	Saldo 31.12.2011
Battistella Adm.de Bens Ltda.	11	-	(1)	-	-	-	-	10
Battistella Distribuidora e Indústria de Peças e Equip Ltda. (d.1)	16.035	(7.590)	(2.262)	-	(6.183)	-	-	-
Battistella Ind.e Com. Ltda.	22.810	-	(5.538)	-	-	-	(6.710)	10.562
Battistella Logística Ltda. (c.1)	1.832	(1.929)	97	-	-	-	-	-
Battistella Trading S.A – Com. Intern.	36.279	172	(19.131)	-	-	-	-	17.320
Battistella Veículos Pesados Ltda. (c.2)	18.605	1.984	17.824	(19.719)	-	(23.694)	5.000	-
Modo Battistella Refl.S/A - Mobasa (d.2)	88.849	890	(84)	(3.288)	-	-	1.710	88.077
Portinvest Participações S.A.	914	-	(424)	-	-	-	-	490
Tangará Participações Ltda.	6	-	-	-	-	-	-	6
Battistella Ind.Com.Máquinas Ltda.	(181)	138	(1.010)	-	-	-	-	(1.053)
Battrol Distr.e Imp.de Role Peças Ltda.	(646)	110	(138)	-	-	-	-	(674)
Rio Passaúna Adm de Bens Ltda	-	1	-	-	-	-	-	1
Outros investimentos mantidos ao custo	30	-	-	-	-	-	(28)	2
Total	184.544	(6.224)	(10.667)	(23.007)	(6.183)	(23.694)	(28)	114.741
Investimento no ativo	185.371	(6.472)	(9.519)	(23.007)	(6.183)	(23.694)	(28)	116.468
(-) Provisão para passivo a descoberto em controlada	(827)	248	(1.148)	-	-	-	-	(1.727)
Saldo líquido do investimento	184.544	(6.224)	(10.667)	(23.007)	(6.183)	(23.694)	(28)	114.741
<u>Conciliação das operações continuadas com as operações descontinuadas</u>	<u>31.12.2011</u>							
Perda por equivalência em operação continuada	(3.170)							
Perda por equivalência em operação descontinuada	(7.497)							
Total da equivalência patrimonial no resultado	(10.667)							

	Saldo 31.12.2009	Aumento (redução) de capital	Reversão de dividendos	Resultado de equivalência patrimonial	Lucros e dividendos distribuídos	Incorporação	Transferência para operações descontinuadas	Baixas	Saldo 31.12.2010
Battistella Adm.de Bens Ltda.	10.925	(8.795)	-	(4)	(2.115)	-	-	-	11
Battistella Distribuidora e Indústria de Peças e Equip Ltda. (d)	19.720	-	-	3.190	-	-	(6.875)	-	16.035
Battistella Ind.e Com. Ltda.	17.364	-	-	5.446	-	-	-	-	22.810
Battistella Logística Ltda.	1.810	189	-	(167)	-	-	-	-	1.832
Battistella Trading S.A – Com. Intern.	36.231	2.842	-	(2.794)	-	-	-	-	36.279
Battistella Veículos Pesados Ltda.	17.121	(3.838)	-	23.803	(18.481)	-	-	-	18.605
Modo Battistella Refl.S/A - Mobasa (e)	17	-	-	8.246	-	80.586	-	-	88.849
Portinvest Participações S.A.	972	-	-	(58)	-	-	-	-	914
Tangará Participações Ltda.	7	-	-	(1)	-	-	-	-	6
Maquigeral Ind.Com.Máquinas Ltda.	(160)	-	-	(21)	-	-	-	-	(181)
Battrol Distr.e Imp.de Role Peças Ltda.	(898)	984	-	(732)	-	-	-	-	(646)
Vale Rio Canoas Silvicultura e Extração S/A (f)	-	-	-	-	-	27.320	-	(27.320)	-
Battistella Partic. em Rec.Renováveis S.A. (e)	102.628	(2.666)	657	(20.095)	-	(80.524)	-	-	-
Florestal Battistella S/A – Flobasa (e)	-	62	-	-	-	(62)	-	-	-
Outros investimentos	30	-	-	-	-	-	-	-	30
Total	205.767	(11.222)	657	16.813	(20.596)	27.320	(6.875)	(27.320)	184.544
Investimento no ativo	206.825	(12.206)	657	17.566	(20.596)	27.320	(6.875)	(27.320)	185.371
(-) Provisão para passivo a descoberto em controlada	(1.058)	984	-	(753)	-	-	-	-	(827)
Saldo líquido do investimento	205.767	(11.222)	657	16.813	(20.596)	27.320	(6.875)	(27.320)	184.544
<u>Conciliação das operações continuadas com as operações descontinuadas</u>	<u>31.12.2010</u>								
Ganho por equivalência em operação continuada	27.279								
Ganho por equivalência em operação descontinuada	(10.466)								
Total da equivalência patrimonial no resultado	16.813								

(d) O investimento na empresa controlada Battistella Distribuidora e Indústria de Peças e Equip. Ltda. Foi classificado em 2011 como ativo mantido para venda, visto as negociações ocorridas e a intenção em realizar a alienação desse investimento.

(e) A empresa controlada Battistella Partic. em Recursos Renováveis S.A. e Florestal Battistella S.A. foi incorporada pela controladora em 2010, sendo os valores integralizados na empresa controlada Modo Battistella Reflorestamento S.A.

(f) Em 2010 foi alienado 100% das ações da controlada Vale do Rio Canoas S.A.

13.IMOBILIZADO**Controladora**

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			31.12.2011	31.12.2010
Imobilizado				
Terrenos	870	-	870	70
Imóveis	12.571	(1.904)	10.667	-
Máquinas, equipamentos e instalações	2.799	(2.070)	729	-
Veículos	783	(549)	234	-
Móveis, Utensílios e Ferramentas	5.366	(3.269)	2.097	210
Computadores e Periféricos	3.368	(2.611)	757	366
Benfeitorias em bens de terceiros	1.970	(1.400)	570	5
Imobilizações em andamento	-	-	-	-
Outras Imobilizações	1.269	(711)	558	-
Total	28.996	(12.514)	16.482	651

Consolidado

Descrição	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Líquido	
			31.12.2011	31.12.2010
Imobilizado				
Terrenos	23.075	-	23.075	21.719
Imóveis (a)	158.419	(10.833)	147.586	19.698
Máquinas, equipamentos e instalações (a)	98.057	(37.004)	61.053	48.977
Veículos	22.984	(16.927)	6.057	11.964
Móveis, utensílios e ferramentas	8.698	(5.563)	3.135	4.058
Computadores e periféricos	5.667	(3.637)	2.030	2.050
Benfeitorias em bens de terceiros	1.979	(1.409)	570	1.625
Outras Imobilizações	5.587	(4.238)	1.349	843
Imobilizações em andamento (b)	20.021	-	20.021	133.470
(-) Redução no valor recuperável	-	(13.227)	(13.227)	(13.227)
Total	344.487	(92.838)	251.649	231.177

- (a) Houve a redução das atividades com madeira serrada da Battistella Indústria e Comércio Ltda., em função das novas diretrizes da Companhia. As estruturas permanecerão instaladas, prontas para reativação, caso haja um aquecimento desse mercado. Devido à existência de bens desativados, e ativos imobilizados operando com baixo volume de produção, a Administração elaborou estudos, com base em suas análises dos fluxos de caixa preparados de acordos com a projeção orçamentária aprovada pela Administração de acordo com o pronunciamento contábil CPC 01, para verificar se os ativos com essas características estão registrados por valor superior aquele possível de ser recuperado por uso ou venda. Após a conclusão desses estudos a Administração da Companhia concluiu pela necessidade de registro de provisão para *impairment* no montante de R\$ 13.227 nos anos de 2009 e 2010. Em 2010 e 2011 a Administração atualizou os estudos e concluiu que a provisão constituída é suficiente, não realizando complemento a reversão neste período. O referido estudo será monitorado pela Administração e, se necessário, a provisão será ajustada de forma a refletir os resultados reais obtidos por esta unidade de negócio da Companhia.
- (b) O imobilizado em andamento refere-se principalmente a construção do porto de Itapoá. Os juros incorridos sobre o financiamento obtido junto ao Banco BVA, foram capitalizados, até o término da construção do porto. O montante dos juros capitalizados está demonstrado na nota explicativa 33.

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos imobilizados em atendimento ao ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27,28,37 e 43, o qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado seja revisada no mínimo a cada exercício, sendo a primeira delas no saldo de abertura do exercício social iniciado a partir de 1º de Janeiro de 2010.

Os valores do ativo imobilizado dados em garantia estão divulgados na nota explicativa 17.

A vida útil dos itens utilizada no cálculo da depreciação em média é como segue:

	<u>Anos</u>
Imóveis	60
Máquinas, Equipamentos e Instalações	10
Veículos	5
Veículos adquiridos por arrendamento financeiro	5
Móveis, Utensílios e Ferramentas	10
Computadores e Periféricos	5
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10

Abaixo demonstramos quadro da movimentação do ativo imobilizado:

CUSTO	Controladora								Total
	Terrenos	Imóveis	Máquinas	Veículos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em Bens de terceiros	Outras Imobilizações Técnicas	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	70	-	-	-	462	959	168	-	1.659
Incorporação controlada (*)	126	11.495	2.779	609	4.877	2.438	2.112	1.251	25.687
Adições	674	763	46	174	36	34	3	19	1.749
Baixas	-	-	(26)	-	(9)	(64)	-	-	(99)
Transferências	-	313	-	-	-	1	(313)	(1)	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	870	12.571	2.799	783	5.366	3.368	1.970	1.269	28.996

DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	Imóveis	Máquinas	Veículos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em Bens de terceiros	Outras Imobilizações Técnicas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	-	-	252	593	163	-	1.008
Incorporação controlada (*)	1.885	2.080	538	2.964	1.866	1.234	704	11.271
Adições	-	12	11	59	174	24	7	287
Baixas	(2)	(22)	-	(6)	(22)	-	-	(52)
Transferências	21	-	-	-	-	(21)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.904	2.070	549	3.269	2.611	1.400	711	12.514

(*) Conforme nota explicativa 12 c.2)

CUSTO	Consolidado									
	Terrenos	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Veículos	Imobilizações em andamento	Benfeitorias	Outras Imobilizações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	21.719	28.996	86.646	10.265	5.909	22.176	133.470	2.991	4.981	317.153
Adições	4.031	1.763	2.852	684	1.292	824	30.768	155	718	43.087
Baixas	(2.631)	(4.277)	(2.439)	(24)	(337)	(24)	-	(41)	-	(9.773)
Transferências	(44)	131.937	12.612	5	(5)	25	(144.217)	(313)	-	-
Operação Descontinuada	-	-	(1.614)	(2.232)	(1.192)	(17)	-	(813)	(112)	(5.980)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	23.075	158.419	98.057	8.698	5.667	22.984	20.021	1.979	5.587	344.487

Depreciação Acumulada e Valor Recuperável de Ativos	Consolidado									
	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Veículos	Benfeitorias em bens de terceiros	Outras Imobilizações	Total Depreciação	Redução no Valor Recuperável	Total Geral
Saldo em 31 de dezembro de 2010	9.106	34.438	6.186	3.852	13.627	1.366	4.174	72.749	13.227	85.976
Adições	2.376	4.980	653	841	3.594	294	152	12.890	-	12.890
Baixas	(670)	(1.645)	(14)	(59)	(277)	-	-	(2.665)	-	(2.665)
Transferências	21	-	-	-	-	(21)	-	-	-	-
Operação Descontinuada	-	(769)	(1.262)	(997)	(17)	(230)	(88)	(3.363)	-	(3.363)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	10.833	37.004	5.563	3.637	16.927	1.409	4.238	79.611	13.227	92.838

14.ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria-prima na produção de madeira serrada e vendas de toras de madeira para terceiros.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda, da seguinte forma:

Descrição	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
Custo de formação dos ativos biológicos	53.312	53.928
Movimentação líquida entre o valor justo e custo de formação	15.157	26.902
Valor justo dos ativos biológicos	68.469	80.830

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. As informações acerca dos ativos dados em garantia de operações firmadas pela Companhia se encontram descritos na nota explicativa 17.

Os ativos biológicos estão registrados substancialmente em empresas cujo regime de tributação é o lucro presumido, portanto os ajustes gerados pela mensuração dos ativos biológicos a valor justo, resultaram no reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferida passiva considerando a realização desse ativo por esse regime de tributação.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- a.1) As florestas a partir do ano de plantio, são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo;
- a.2) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde a projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- a.3) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao WACC da Companhia (11% a.a), o qual é revisado periodicamente pela Administração;
- a.4) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada material genético implantado, solo, clima nos locais de plantio. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade.
- a.5) Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratarem-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- a.6) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos;
- a.7) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período;
- a.8) A Companhia definiu por efetuar a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos semestralmente, desde que não haja variação significativa de preço neste período, sob o entendimento de que este intervalo é suficiente para que não tenha defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

b) Reconciliação das variações de valor justo

As movimentações dos períodos são demonstradas abaixo:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	98.657
Plantio	13.666
Exaustão	(16.985)
Venda de florestas (Vale do Rio Canoas)	(27.320)
Variação de valor justo:	12.812
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	80.830
Plantio	8.941
Exaustão	(20.641)
Variação de valor justo:	(661)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	68.469

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos foi substancialmente apropriada ao custo de produção, após a utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

15.INTANGÍVEL**Controladora**

Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	
			31.12.2011	31.12.2010
Intangível				
Programas de Software (a)	1.940	(1.542)	398	434
Marcas de Fábrica	36	(15)	21	14
Total	1.976	(1.557)	419	448

Consolidado

Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	
			31.12.2011	31.12.2010
Intangível				
Programas de Software (a)	4.294	(2.551)	1.743	1.895
Marcas de Fábrica	136	(91)	45	55
Outros	26	(25)	1	1
Total	4.456	(2.667)	1.789	1.951

(a) Os programas de Software incluídos neste grupo de contas são possíveis de identificação individual no controle de patrimônio da empresa, e irão gerar benefícios futuros, conforme especificado na deliberação CVM nº 553/08.

Abaixo demonstramos quadro de movimentação do ativo intangível:

Controladora

Descrição	31.12.2010	Incorporação de controlada	Adições	31.12.2011
Programas de Software	1.150	746	44	1.940
Marcas de Fábrica	19	17	-	36
(-) Amortização	(721)	(649)	(187)	(1.557)
Saldo líquido	448	114	(143)	419

Consolidado

Descrição	31.12.2010	Adições	Transferências	31.12.2011
Programas de Software	4.815	497	-	5.312
Marcas de Fábrica	136	-	-	136
Outros	26	-	-	26
Operação Descontinuada	-		(1.018)	(1.018)
Sub-total	4.977	497	(1.018)	4.456
(-) Amortização	(3.026)	(540)	-	(3.566)
(-) Operação Descontinuada	-	-	899	899
Saldo líquido	1.951	(43)	(119)	1.789

16.FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Mercado Interno	3.913	214	9.101	34.603
Mercado Externo	-	-	1.595	557
AVP - Fornecedores	(109)	-	(176)	(199)
	<u>3.804</u>	<u>214</u>	<u>10.520</u>	<u>34.961</u>

O prazo médio de pagamento para fornecedores é 30 dias.

Não são cobrados juros sobre as contas a pagar pelos primeiros 05 dias a partir da data da fatura. A partir de então, juros mensais de 2,5 % a 4 % são cobrados sobre o saldo a pagar. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conformes os termos originalmente acordados.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	Modalidade	Vencimento Final	Controladora		Consolidado	
					31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Moeda estrangeira								
Banco Votorantim S/A (c)	17,63%	CDI	Swap	02.09.13	-	3.040	-	3.040
Banco do Estado R.Grande Sul	5,50%	USD	ACC	21.03.12	-	-	456	-
LHF Foreign LLC (c)	9,00%	USD	Empréstimo	01.09.15	-	17.197	-	17.197
					-	20.237	456	20.237
Moeda Nacional								
Financiamentos								
Banco Votorantim S/A	17,82%	CDI	Capital de Giro	25.06.12	7.909	15.058	7.909	15.058
Banco Santander (Brasil) S/A	16,76%	CDI	Capital de Giro	28.01.13	-	-	-	7.720
Banco Safra S/A	19,64%	CDI	Capital de giro	27.03.12	11.338	-	11.338	-
Banco do Brasil S/A	15,45%	CDI	Capital de Giro	20.08.15	-	-	7.836	7.527
BES - Investimento do Brasil	15,34%	CDI	Capital de Giro	31.07.12	9.581	10.719	9.581	10.719
Banco ABC Brasil S/A (a)	20,16%	CDI	Capital de Giro	14.03.14	8.941	4.394	8.941	9.074
Banco do Estado R.Grande Sul	19,38%	CDI	Capital de Giro	20.12.15	21.925	13.516	23.064	17.977
Banco Industrial e Comercial S/A	21,30%	CDI	Capital de Giro	08.06.12	5.285	-	5.285	6.775
Banco Mercantil do Brasil S/A	23,45%	CDI	Capital de Giro	19.04.12	7.272	-	7.272	13.564
Banco Sofisa S/A	19,18%	CDI	Capital de Giro	17.10.13	5.636	-	5.647	4.197
Banco BVA S/A	15,37%	CDI	Capital de Giro	20.04.14	4.603	16.617	4.603	16.617
Banco Fibra S/A	21,25%	CDI	Capital de Giro	26.12.12	4.197	-	4.197	1.357
Banco Daycoval S/A	21,00%	CDI	Capital de Giro	29.02.12	7.188	-	7.188	3.695
Parana Banco	20,53%	CDI	Capital de Giro	22.02.12	5.340	-	5.340	1.063
Outras Instituições Financ.	6,65%	CDI	diversos	diversos	370	-	370	370
					99.585	60.304	108.571	115.713
Arrendamento (Leasing)								
Banco Itaú S/A	17,10%	Pré-fixada	Leasing	20.01.12	3	-	3	17
Banco Safra S/A	19,04%	Pré-fixada	Leasing	20.08.12	-	-	-	180
Banco Dibens	13,35%	Pré-fixada	Leasing	28.11.12	-	-	395	848
Banco Catterpillar Financial	19,16%	Pré-fixada	Leasing	20.11.12	-	-	-	2.043
Societe Generale leasing S/A	20,41%	Pré-fixada	Leasing	24.03.13	-	-	788	1.299
Banco Sofisa S/A	9,92%	TJLP	Leasing	15.10.12	-	-	-	25
					3	-	1.186	4.412
Empréstimos para investimento								
Banco Santander (Brasil) S/A	9,87%	TJLP	Finame	15.11.12	905	-	905	1.922
Banco Safra S/A	9,50%	TJLP	Finame	16.11.12	473	-	734	597
Banco do Brasil S/A	7,80%	TJLP	Finame	15.05.12	-	-	176	600
Banco Sofisa S/A	10,66%	TJLP	Finame	15.10.12	252	-	252	551
União de Bancos Bras.S/A	9,92%	TJLP	Finame	15.12.12	-	-	217	550
Banco Catterpillar Financial	10,77%	TJLP	Finame	25.05.14	-	-	1.315	548
Banco de Lage	9,18%	TJLP	Finame	15.07.11	-	-	-	36
Banco BVA S/A - Porto (b)	18,27%	IPCA	Investimento	29.05.19	-	-	208.520	176.246
HSBC Bank Brasil S/A	14,17%	CDI	Procer	15.07.12	-	-	4.384	12.189
(-) Custos a apropriar s/empréstimos (d)					(1.180)	(2.519)	(9.807)	(12.394)
					450	(2.519)	206.696	180.845
Empréstimos-aquisição de peças e veículos								
Bradesco S.A. (BCN)	16,90%	Pré-fixada	Capital de giro	diversos	46.097	-	46.097	54.277
Bradesco S.A.	17,87%	Pré-fixada	Capital de giro	diversos	6.776	-	6.776	-
					52.873	-	52.873	54.277
Empréstimos-desconto de duplicatas								
Banco do Brasil S/A	12,00%	Pré-fixada	Desconto de duplicata	diversos	-	-	-	34
					-	-	-	34
TOTAL EMPRÉSTIMOS					152.911	78.022	369.782	375.518
Circulante					(134.186)	(28.546)	(181.692)	(142.988)
Não Circulante					18.725	49.476	188.090	232.530

(a) Em 31 de dezembro de 2008 a Battistella Administração e Participações S.A. realizou “Instrumento de Assunção de Obrigações” junto à Battistella Distribuidora Ltda., assumindo o passivo de sua controlada sobre empréstimos.

(b) Em 03 de junho de 2009 foi assinada Cédula de Crédito Bancário (CCBs) entre a controlada em conjunto Itapoá Terminais Portuários S/A (emitente) e o Banco BVA S/A (credor) no valor total de R\$ 330.000, com vencimento final para maio de 2019, com pagamentos semestrais de parcelas de juros e principal a partir de julho de 2012 e vencimento final para maio de 2019. Os compradores das CCBs foram os fundos de pensão Petros- Fundação Petrobras de Seguridade Social e Funcef- Fundação dos Economiários Federais, em partes iguais. O contrato está garantido pelas ações da controlada em conjunto (“Itapoá”), seus ativos, tanto fixos quanto os recebíveis. A referida cédula exige que a controlada em conjunto (“Itapoá”) atenda os seguintes índices financeiros durante o período de sua vigência, a partir do pagamento da segunda parcela de amortização de principal e juros:

- (i) índice de cobertura do serviço da dívida da controlada em conjunto: maior ou igual a 1,5;
- (ii) índice da dívida líquida sobre o patrimônio da controlada em conjunto: igual ou inferior a 80:20 (70:30 após o sexto aniversário do contrato);
- (iii) índice da dívida líquida sobre o EBITDA da controlada em conjunto: no máximo igual a 3, a partir do sexto aniversário do contrato.

(c) Através de contrato de hedge / swap pactuado com o Banco Votorantim, a Companhia trocou a taxa de US\$ + 9% a.a por 164% do CDI, pelo período de 03 anos – 01 de setembro de 2013. O mesmo foi liquidado de forma antecipada no montante de R\$ 5.400 em 01 de setembro de 2011.

(d) Referem-se basicamente aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para o processo de captação de recursos, através da Cédula de Crédito Bancário (CCBs), como: gastos com a elaboração de prospectos e relatórios, remuneração de serviços profissionais de terceiros, impostos, taxas e comissões. Conforme previsto no CPC 08, tais custos integram a taxa efetiva de juros.

As garantias reais sobre as operações de empréstimos e debêntures (da posição constante na nota explicativa 18) são conforme quadro abaixo:

Empresa	Instituição	Vcto Inicial	Prazo Negociado	Carência	Valor	Garantia
Battistella Adm. e Partic. S/A (*)	HSBC	Dezembro 2012	60 meses	18 meses	R\$ 60.000	Terras, Florestas e Fidejussória
Battistella Adm. e Partic. S/A (*)	Votorantim	Dezembro 2012	60 meses	18 meses	R\$ 60.000	Terras, Florestas e Fidejussória
Battistella Adm. e Partic. S/A	Banrisul	Abril 2011	60 meses	3 meses	R\$ 13.500	Imovel em Rio Negrinho e 30% recebíveis
Battistella Adm. e Partic. S/A	BES	Julho 2010	36 meses	12 meses	R\$ 14.989	Terras e Florestas
Battistella Adm. e Partic. S/A	BVA	Janeiro 2011	48 meses	6 meses	R\$ 6.000	R\$ 4,2 milhões em estoques de Peças da Battistella Veícs Pesados
Battistella Adm. e Partic. S/A	Votorantim	Julho 2011	24 meses	12 meses	R\$ 10.000	Ações da Battistella Trading
Battistella Adm. e Partic. S/A	Votorantim	Outubro 2011	07 meses		R\$ 5.000	Ações da Battistella Trading
Battistella Adm. e Partic. S/A	Sofisa	Agosto 2010	24 meses		R\$ 8.895	60% recebíveis
Battistella Adm. e Partic. S/A	ABC	Agosto 2011	30 meses		R\$ 6.793	Terras
Battistella Adm. e Partic. S/A	Fibra	Maio 2011	12 meses		R\$ 5.900	50% recebíveis
Battistella Adm. e Partic. S/A	Daycoval	Outubro 2011	4 meses		R\$ 2.303	100% caminhões segmento pesados
Battistella Adm. e Partic. S/A	Banrisul	Novembro 2011	12 meses	2 meses	R\$ 4.413	15% recebíveis BIC, MOBASA e Distribuidora
Battistella Adm. e Partic. S/A	Paraná Banco	Fevereiro 2012	2 meses		R\$ 2.000	110% de recebíveis
Battistella Adm. e Partic. S/A	Safra	Janeiro 2012	2 meses		R\$ 1.200	100% recebíveis
Battistella Adm. e Partic. S/A	Bic Banco	Novembro 2011	6 meses		R\$ 1.500	100% recebíveis
Battistella Adm. e Partic. S/A	Daycoval	Fevereiro 2012	4 meses		R\$ 5.801	100% recebíveis
Battistella Adm. e Partic. S/A	Bic Banco	Dezembro 2011	6 meses		R\$ 4.400	70% caminhões segmento pesados
Battistella Ind.e Comércio Ltda	Banrisul	Janeiro 2012	12 meses	2 meses	R\$ 669	30% recebíveis
Battistella Ind.e Comércio Ltda	HSBC	outubro 2010	24 meses	3 meses	R\$ 13.000	Terras
Battistella Ind.e Comércio Ltda	Banco do Brasil	Agosto 2011	60 meses	12 meses	R\$ 8.045	Terras e Florestas
Battistella Ind.e Comércio Ltda	HSBC	Novembro 2010	24 meses	3 meses	R\$ 13.000	Imóvel em São José dos Pinhais
Modo Battistella Reflorestamento S/A	Banrisul	Janeiro 2012	12 meses	2 meses	R\$ 447	30% recebíveis
Itapoá terminais Portuários	BVA	Junho 2012	120 meses	36 meses	R\$ 330.000	100% Ações da Itapoá Terminais Portuários e imobilizado do Porto

Abaixo, demonstramos o quadro de movimentação dos empréstimos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31.12.2010	78.022	375.518
Captações (a)	75.830	849.119
Juros e atualizações	7.250	61.235
(-) Pagamento do principal (a)	(122.366)	(890.681)
(-) Pagamento de juros	(8.530)	(23.274)
(-) Custos a amortizar	(1.679)	(2.136)
Incorporação de controlada	124.384	-
Saldo em 31.12.2011	152.911	369.782

(a) Refere-se principalmente a contratos de Vendor, realizados na Battistella Veículos Pesados Ltda., com o prazo médio de pagamento de 35 dias. O total movimentado no período foi de R\$ 678.340 de captações e R\$ 683.089 de pagamento.

O montante do não circulante apresenta a seguinte composição de vencimento:

	<u>Empréstimos</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2013	11.794	25.019
2014	4.136	26.448
2015	2.795	25.892
2016		22.798
2017	-	32.568
2018	-	35.825
2019	-	19.541
Total	18.725	188.090

18.DEBÊNTURES

Descrição	Taxa de	Indexador	Modalidade	Vencimento Final	Controladora e Consolidado	
	Juros Anual				31.12.2011	31.12.2010
Debêntures						
2ª Emissão de Debêntures	19,01%	CDI	Capital de Giro	29.12.14	-	101.226
3ª Emissão de Debêntures	15,89%	CDI	Capital de Giro	27.06.16	120.231	-
(-) Custos a amortizar debêntures					(1.658)	(1.400)
TOTAL DEBÊNTURES					118.573	99.826
Circulante					(14.859)	(16.235)
Não Circulante					103.715	83.591

A movimentação dos saldos de debêntures é demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>99.826</u>
Captações	120.000
Juros do período	20.256
(-) Pagamento de principal	(101.093)
(-) Pagamento de juros	(19.203)
(-) Custos a amortizar	(1.213)
Saldo em 31.12.2011	<u>118.573</u>

Em 27 de Junho de 2011 a Battistella Administração e Participações S/A, procedeu à 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Hipotecária e Fidejussória, conforme detalhes descritos a seguir:

Emissora:	Battistella Administração e Participações S.A.
Coordenador Líder:	Banco HSBC S.A.
Coordenador:	Banco Votorantim S.A.
Título:	Debêntures Simples
Data Emissão	27.06.2011
Data vencimento	27.06.2016
Quantidade Total:	240 (duzentas e quarenta) debêntures
Valor Nominal Unitário:	R\$ 500.000,00
Montante da Emissão:	R\$ 120.000.000,00
Tipo e Forma:	Nominativas e Escriturais
Espécie:	Com garantia real
Classe:	Não conversíveis em ações
Garantia Adicional:	Garantia Real constituída por hipoteca de terras, florestas e imóveis, em valor correspondente a 100% (cem por cento) do valor das Debêntures no regime de avaliação de “venda a mercado”; e hipoteca em 2º grau à valor de mercado do imóvel pertencente à Battistella Veículos Pesados, até Julho de 2012, quando a garantia deste imóvel passa a ser hipoteca de 1º grau e a compor a garantia de 100% do Saldo Devedor das Debêntures até o prazo final da Emissão; Fiança das empresas Battistella Veículos Pesados Ltda., Modo Battistella Reflorestamento S A Mobasa, (em conjunto “Garantidoras”) cada uma garantindo integralmente a Emissão.
Remuneração:	100% CDI + 4,5% ao ano
Pagamento de juros:	Os juros serão pagos semestralmente
Amortização do Principal:	Será pago em 8 parcelas semestrais, a partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão

O montante do não circulante apresenta a seguinte composição de vencimento na Controladora e no consolidado:

Debêntures

2013	29.632
2014	29.632
2015	29.632
2016	14.819
Total	103.715

Segue abaixo as principais cláusulas de *covenants* existentes nas debêntures emitidas:

a)Resgate Antecipado e Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação em Assembleia Geral de acionistas da Emissora, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, relativo a todos os Debenturistas, sem distinção (“Resgate Antecipado”), nos termos do artigo 55 da Lei das S.A. O Resgate Antecipado, conforme aplicável, será realizado de acordo com as seguintes disposições:

(i)a Emissora realizará o Resgate Antecipado por meio de comunicação por escrito aos titulares das Debêntures e ao Agente Fiduciário, nos termos das disposições legais aplicáveis, com, no mínimo, 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data definida para a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo (“Data da Liquidação”);

(ii)o valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito do Resgate Antecipado será equivalente ao valor total do VNU ou saldo do VNU, acrescido da Remuneração aplicável, calculada pro rata temporis até a Data da Liquidação (“Saldo Devedor”), acrescido, ainda, de prêmio de liquidação antecipada nos seguintes termos:

(a)caso o Resgate Antecipado das Debêntures ocorra até o 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão das Debêntures, a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures: (1) o Saldo Devedor; acrescido da (2) Remuneração das Debêntures que seria devida até a Data de Vencimento (“Remuneração Projetada para Resgate Antecipado”), descontada à taxa de mercado prevista para o prazo remanescente à época do Resgate Antecipado; e/ou

(b)caso o Resgate Antecipado das Debêntures ocorra após o 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão das Debêntures, a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures o Saldo Devedor, acrescido de prêmio de 1% (um por cento), calculado sobre o Saldo Devedor das Debêntures na Data da Liquidação; e

(iii)caso as Debêntures estejam custodiadas no SND, o Resgate Antecipado obedecerá aos procedimentos determinados pela CETIP. Em consonância com o disposto neste item, a CETIP deverá ser notificada pela Companhia e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da Data de Liquidação.

b)Vencimento Antecipado

(i)inadimplemento, pela Companhia e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária referente às Debêntures, não sanado em até 3 (três) dias úteis, contados da data do respectivo inadimplemento;

(ii)inadimplemento, pela Companhia e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária referente às Debêntures, não sanado em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento pela Companhia de notificação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia e aos Garantidores com relação ao respectivo inadimplemento;

(iii)(a) decretação de falência da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores; (b) pedido de falência pela Companhia e/ou por quaisquer dos Garantidores; (c) pedido de falência da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores;

(iv)inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia e/ou de quaisquer de seus respectivos controladores e/ou sociedades controladas e/ou coligadas (conjuntamente, “Afiliadas”) acima de R\$5.000.000,00

(cinco milhões de reais), desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 30 (trinta) dias corridos, caso não exista um prazo de cura pré-estabelecido;

(v) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;

(vi) alteração, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures, reunidos em AGD, entendendo-se por controle as prerrogativas contempladas no artigo 116 da Lei das S.A.;

(vii) implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Companhia em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação, qualquer, fusão, cisão, incorporação, exceto se realizada com sociedades integrantes do grupo da Emissora;

(viii) alteração do objeto social previsto no estatuto social da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores que modifique substancialmente as respectivas atividades praticadas na Data da Emissão;

(ix) realização, seja a que título for, de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação estatutária em lucros – exceto no que se refere ao dividendo mínimo obrigatório exigido pela Lei das S.A. e/ou legislação aplicável – caso a Companhia e/ou quaisquer dos Garantidores estejam em situação de inadimplemento com relação a qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária referente às Debêntures;

(x) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Companhia e/ou por quaisquer dos Garantidores em qualquer dos documentos relacionados à Oferta Restrita são falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;

(xi) não apresentação pela Companhia de suas respectivas demonstrações financeiras auditadas – compreendendo as informações pertinentes especificamente à Companhia e, adicionalmente, informações consolidadas do respectivo grupo econômico –, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (conforme definido abaixo);

(xii) não ocorrência da formalização da alienação de Ativos Florestais de titularidade da Emissora ou dos Garantidores representando, no mínimo, US\$21.600.000,00 (vinte e um milhões e seiscentos mil dólares) até 31 de dezembro de 2011. Para os fins deste item, a Emissora deverá comunicar ao o Agente Fiduciário a ocorrência ou a não ocorrência da referida alienação de Ativos Florestais, disponibilizando ao Agente Fiduciário a respectiva documentação de suporte;

(xiii) a alienação de um ou mais ativos de titularidade da Emissora e que representem individualmente pelo menos R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), no exercício social da data em que tal alienação ou transferência for efetuada, exceto se pelo menos 50% (cinquenta) dos recursos oriundos da alienação ou transferência forem utilizados para: (a) amortização de dívida bancária; ou (b) Amortização Extraordinária das Debêntures, limitado a 40% do saldo devedor das Debêntures, sendo que as Debêntures terão prioridade no pagamento em relação ao item (a) acima, a exclusivo critério dos Debenturistas, desde que os mesmos abram mão do prêmio para liquidação antecipada;

(xiv) caso: (a) a Dívida Líquida (conforme definido na Escritura de Debêntures) da Emissora ultrapasse o valor de R\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) durante o Prazo de Vigência das Debêntures; e/ou (b) o índice obtido da divisão do ativo circulante (conforme definido na Escritura de Debêntures) pelo passivo circulante (conforme definido na Escritura de Debêntures) seja inferior a 1,0 (um inteiro) (“Covenants Financeiros”).

A primeira verificação para fins deste item (xiv) ocorrerá com relação às informações semestrais consolidadas da Emissora, relativas ao trimestre a findar em 30 de junho de 2011 e, então, serão realizadas semestralmente até o pagamento integral das Debêntures. Adicionalmente, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da divulgação ao mercado das informações ou demonstrações financeiras da Emissora, conforme o caso, os Covenants Financeiros acima, juntamente com a respectiva memória de cálculo e o relatório de revisão dos referidos Covenants Financeiros, a ser emitido pelos auditores independentes contratados pela Emissora, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

(xv) se as garantias reais e/ou fidejussórias convencionadas para as Debêntures não forem devidamente efetivadas ou formalizadas pela Emissora e/ou pelos Garantidores Hipotecários, nos termos desta Escritura, da Escritura de

Hipoteca e segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou se tais garantias, por qualquer fato atinente ao seu objeto, tornarem-se inábeis, impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento de quaisquer importâncias devidas no âmbito da Emissão, e desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando solicitado pelo Agente Fiduciário. Para os fins do presente item (xv), fica estabelecido que:

(a) as Partes desde já reconhecem que na Data de Emissão o valor da garantia real hipotecária à Emissão poderá ser inferior à soma de todos os valores então devidos pela Companhia nos termos desta Escritura (compreendendo VNU – ou saldo de VNU – e Remuneração então devida), devendo tal valor passar a ser correspondente à soma de todos os valores então devidos pela Companhia nos termos desta Escritura (compreendendo VNU – ou saldo de VNU – e Remuneração então devida), no máximo em até 90 (noventa) dias contados da Data de Emissão das Debêntures, ressalvado, no entanto, que tal prazo poderá ser prorrogado a exclusivo critério dos Debenturistas;

(b) ressalvado o disposto no item (a) acima, as garantias reais hipotecárias deverão ser efetivadas e/ou formalizadas e registradas nos competentes Cartórios de Registro Imobiliário em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da Data de Emissão. Caso haja a formulação de exigências por parte dos competentes Cartórios de Registro Imobiliário para o registro das garantias reais hipotecárias, a Emissora contará com o prazo adicional de até 10 (dez) dias corridos, contados da data em que tais exigências forem recebidas pela Emissora, para o cumprimento das respectivas exigências. Adicionalmente, fica estabelecido que o prazo de 10 (dez) dias mencionado no presente item poderá ou não ser estendido, a exclusivo critério dos titulares de Debêntures;

(c) sem prejuízo do disposto no item (a) acima, caso, durante o Prazo de Vigência das Debêntures, alguma das hipóteses descritas no presente item (xv) seja verificada, o Agente Fiduciário deverá notificar a Emissora para que tal situação seja regularizada/sanada em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento de tal notificação pela Emissora; e

(xvi) sem prejuízo do item (xv)(a) acima, a ocorrência das hipóteses mencionadas nos Artigos 333 e 1.425 do Código Civil.

Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens (ii), (vi), (vii), (viii), (x), (xi), (xii), (xiii), (xiv), (xv) e (xvi) acima, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos o Agente Fiduciário deverá convocar os titulares das Debêntures para que se reúnam em AGD, que poderá, por deliberação de titulares de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures;

Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos itens (i), (iii), (iv), (v) e (ix) acima resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora.

A Companhia está atendendo aos indicadores financeiros e as cláusulas restritivas aplicáveis em 31 de dezembro de 2011.

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, CREDORES DIVERSOS E RECURSOS A DEVOLVER A CONSORCIADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Adiantamento de clientes (a)	4.950	-	5.273	5.283
Credores diversos (b)	9.215	6.316	10.147	8.087
Recursos a devolver a consorciados (c)	-	-	1.970	2.432
Total	14.165	6.316	17.390	15.802
(-) Passivo circulante	(6.905)	(482)	(9.846)	(9.562)
Passivo não circulante - credores diversos	7.260	5.834	7.544	6.240

- (a) A conta de adiantamento de clientes (passivo circulante) em 31 de dezembro de 2011 inclui principalmente adiantamentos de clientes para a futura aquisição de bens das empresas da Companhia.

- (b) O saldo de Credores Diversos é composto principalmente de: (i) Saldo a pagar do Acordo firmado com a Codema Comercial Importadora Ltda. e Suvesa Super Veículos Ltda. (vendidas para a Scania do Brasil Ltda. em 08 de janeiro de 2001, na Controladora, no montante de R\$ 6.507 (R\$ 6.316 em 31 de dezembro de 2010); (ii) Saldo a pagar, na Controladora, pela aquisição de ações da empresa controlada Modo Battistella Reflorestamento S.A. de não controladores no montante de R\$ 1.689 (zero em 31 de dezembro de 2010); (iii) Outros passivos de provisões para despesas e obrigações no montante de R\$ 1.950 (R\$ 1.771 em 31 de dezembro de 2010).
- (c) O montante dos recursos a devolver aos consorciados (passivo circulante) são originários da Battistella Administradora de Consórcios Ltda. (incorporada pela Battistella Indústria e Comércio Ltda.) e refere-se ao saldo dos valores do fundo de reserva e cotas canceladas que não foram procurados para devolução.

20.PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e suas empresas controladas são partes em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Para aqueles processos nos quais há probabilidade de não se obter êxito nas discussões, conforme opinião dos consultores jurídicos da Companhia, é registrada provisão em montante suficiente para cobrir perdas esperadas. As provisões constituídas e os depósitos judiciais, vinculados às mencionadas provisões para riscos trabalhistas e cíveis, compõem-se conforme demonstrativo a seguir:

<u>Controladora</u>	31.12.2011			31.12.2010		
	Provisão	Depósitos Judiciais	Saldo	Provisão	Depósitos Judiciais	Saldo
Tributárias	(899)	-	(899)	(25)	-	(25)
Trabalhistas	(2.093)	393	(1.700)	(279)	268	(11)
Cíveis	(1.180)	-	(1.180)	(5)	5	-
	<u>(4.172)</u>	<u>393</u>	<u>(3.779)</u>	<u>(309)</u>	<u>273</u>	<u>(36)</u>
Depósitos judiciais que não requerem provisão			<u>1.509</u>			<u>280</u>
<u>Consolidado</u>	31.12.2011			31.12.2010		
	Provisão	Depósitos Judiciais	Saldo	Provisão	Depósitos Judiciais	Saldo
Tributárias	(3.113)	-	(3.113)	(636)	-	(636)
Trabalhistas	(5.453)	2.883	(2.570)	(4.159)	3.277	(882)
Cíveis	(3.469)	-	(3.469)	(2.241)	39	(2.202)
Total	<u>(12.035)</u>	<u>2.883</u>	<u>(9.152)</u>	<u>(7.036)</u>	<u>3.316</u>	<u>(3.720)</u>
Depósitos judiciais que não requerem provisão			<u>2.881</u>			<u>2.501</u>

Movimentação das contingências e depósitos judiciais

<u>Controladora</u>	Incorporação de				
	<u>31.12.2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Controlada</u>	<u>31.12.2011</u>
<u>Contingências</u>					
Tributárias (a)	(25)	(306)	-	(568)	(899)
Trabalhistas (b)	(279)	(117)	-	(1.697)	(2.093)
Cíveis (c)	(5)	(156)	-	(1.019)	(1.180)
(-) Depósitos judiciais	273	120	-	-	393
Saldo	<u>(36)</u>	<u>(459)</u>	<u>-</u>	<u>(3.284)</u>	<u>(3.779)</u>
Depósitos judiciais que não requerem provisão	<u>280</u>	<u>6</u>		<u>1.223</u>	<u>1.509</u>

Consolidado

Contingências	31.12.2010	Operações			31.12.2011
		Adições	Reversões	Descontinuadas	
Tributárias (a)	(636)	(2.578)	101	-	(3.113)
Trabalhistas (b)	(4.159)	(8.927)	6.715	918	(5.453)
Cíveis (c)	(2.241)	(2.127)	747	152	(3.469)
(-) Depósitos judiciais	3.316	558	(669)	(322)	2.883
Saldo	(3.720)	(13.074)	6.894	748	(9.152)
Depósitos judiciais que não requerem provisão	2.501	380	-	-	2.881

- (a) Refere-se principalmente a processos de ICMS, sobre créditos tomados oriundos de materiais indiretos, e ISS, que estão em fase de discussão administrativa.
- (b) O principal valor refere-se a discussão judicial sobre o aumento da alíquota e adicional do FGTS no montante de R\$ 3.086 (R\$ 2.993 em 2010), o qual encontra-se depositado judicialmente. As demais ações trabalhistas são pulverizadas e têm caráter de indenizações, horas extras, equiparidade e outros.
- (c) Refere-se principalmente a ações de natureza de indenização e danos morais, ocorridas principalmente na empresa incorporada Battistella Administradora de Consórcios (incorporada pela controlada Battistella Indústria e Comércio) e Battistella Veículos Pesados (incorporada pela controladora em 2011).

20.1 Contingências classificadas como perda possível

A Companhia está envolvida em outros processos tributários, cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração da Companhia e de seus assessores legais, possuem expectativa de perda classificada como possível. Os processos que não foram constituídas provisões totalizam, em 31 de Dezembro de 2011: tributário: R\$ 2.344 (R\$ 2.273 em 3 de dezembro de 2010), cíveis: R\$ 1.749 (R\$ 3.377 em 31 de dezembro de 2010) e trabalhistas: R\$ 2.747 (R\$ 832 em 31 de dezembro de 2010). Devido ao risco e a pequena relevância dos valores envolvidos não foram apresentados informações adicionais.

21.PARCELAMENTO ESPECIAL E PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL-PAES E REFIS

Parcelamento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
PAES	-	-	5.602	6.309
Refis	3.662	3.604	14.342	15.880
	3.662	3.604	19.944	22.189
Circulante	(582)	(336)	(2.397)	(2.183)
Não Circulante	3.080	3.268	17.547	20.006

A composição da dívida de PAES e do REFIS estão demonstradas nas notas abaixo (21.1 e 21.2):

21.1 – Parcelamento Especial – PAES

As empresas encontram-se em conformidade com os recolhimentos regulares dos tributos, como condição essencial para a manutenção do programa. As empresas Battistella Logística (Incorporada pela Battistella Veículos Pesados Ltda.) e Battistella Administração migraram os débitos inclusos nesta modalidade de pagamento para o Parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009.

- Valor atualizado da dívida:

	31.12.2011			31.12.2010	Nº parcelas	
Descrição	Circulante	Não Circulante	Saldo	Saldo	a Vencer	Atualização
Trading	95	524	619	688	78	TJLP
Mobasa	832	4.151	4.983	5.621	78	TJLP
Total	927	4.675	5.602	6.309		

Nos meses de outubro a dezembro de 2009 as empresas do Conglomerado Battistella aderiram ao novo programa de parcelamento de dívidas instituído pelo Governo Federal, por meio da Lei 11.941/2009, ao qual foram incluídos débitos que estavam sendo discutidos em litígios administrativos e judiciais. Também foram migradas para este programa as dívidas existentes no programa anterior de parcelamento especial - o PAES, da empresa Battistella Logística e da Controladora.

Em dezembro de 2009 foram reconhecidos contabilmente todos os efeitos decorrentes desta opção, em especial ao que se refere à constituição da dívida, incluindo principal, encargos de mora e encargos legais, bem como, as reduções previstas na legislação. Também foi reconhecida a liquidação de parte da dívida com créditos decorrentes da utilização de prejuízos fiscais e bases negativas.

Em julho de 2011 houve a efetiva homologação pela Receita federal do Brasil dos débitos e valores do parcelamento, em que a Companhia e suas controladas aderiram. Com essa homologação os valores anteriormente provisionados foram ajustados no montante de R\$ 2.039 o qual foi reconhecido ao resultado no grupo de Outras Receitas e Despesas Operacionais. Os valores correspondentes estão demonstrados a seguir:

21.2 – Programa de Recuperação Fiscal – Refis

- Dívidas não parceladas anteriormente

Descrição	31.12.2011			31.12.2010	Nº parcelas a Vencer	Atualização
	Circulante	Não Circulante	Saldo	Saldo		
BATTROL	134	1.574	1.708	1.963	153	SELIC
BIC	541	5.819	6.360	7.364	151	SELIC
ADMINISTRAÇÃO	582	3.080	3.662	3.604	154	SELIC
LOGÍSTICA	-	-	-	398	154	SELIC
BATTISTELLA IND.COM.MAQS.	102	1.097	1.199	1.119	154	SELIC
MOBASA	82	970	1.052	1.078	154	SELIC
TRADING	29	332	361	354	154	SELIC
SUB-TOTAIS	1.470	12.872	14.342	15.880		

22.PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 151.556, subscrito e integralizado é composto de 149.677.728 ações, sendo 49.911.902 de ações ordinárias e 99.765.826 de ações preferenciais.

Parte do capital social total da Companhia é capital estrangeiro. As empresas brasileiras com capital estrangeiro devem efetuar o registro deste capital junto ao Banco Central do Brasil (BACEN), para que possam remeter dividendos sobre o capital estrangeiro ou repatriá-lo. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia possui registrado no Banco Central do Brasil o montante de R\$ 12.858 mil (R\$ 12.858 mil em 31 de Dezembro de 2010) como capital estrangeiro.

As ações preferenciais (PN), sem direito a voto, têm prioridade no reembolso, em caso de liquidação da Companhia.

b) Dividendos

Os dividendos obrigatórios são calculados com base no percentual de 25% sobre o lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Em 2011, devido ao prejuízo do exercício não foi registrado os dividendos mínimos obrigatórios. A Companhia deliberou, conforme AGO em 30 de abril de 2011 que, diante do prejuízo ao término do exercício de 2010, não seriam distribuídos dividendos.

As ações preferenciais (PN) possuem preferência na distribuição dos dividendos.

c) Reserva legal

A Reserva legal é constituída na proporção de 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do Capital Social ou, quando acrescido das Reservas de Capital limitado a 30% do Capital Social.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

23.1. Gestão do Risco de Capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia vem se aperfeiçoando nos últimos anos, com o objetivo de mitigar os riscos financeiros.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 17 e debêntures detalhadas na nota explicativa 18, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital.

Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Dívida (a)	271.485	177.848	488.356	475.344
Caixa e equivalentes de caixa	(15.028)	(5.962)	(21.929)	(30.925)
Títulos e valores mobiliários	(6.358)	-	(10.767)	(7.876)
Dívida líquida	250.099	171.886	455.660	436.543
Patrimônio líquido (b)	(31.161)	17.579	(30.535)	19.037
Índice de endividamento líquido	-8,0	9,8	-14,9	22,9

a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos e debêntures.

b) O Patrimônio Líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

23.2. Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado: (*)				
- Swap de taxa de juros	-	-	4.364	11.763
- Swap cambial	-	18.730	-	18.730
Mantidos até o vencimento				
- Títulos e valores mobiliários	6.358	-	10.767	7.876
Empréstimos e recebíveis:				
- Caixa e equivalentes de caixa	15.028	5.962	21.929	30.925
- Contas a receber	70.650	-	80.356	123.087
- Valores a receber de arrendamento mercantil	3.282	-	3.282	4.397
- Outras contas a receber	3.407	38.610	3.407	39.045
- Partes relacionadas	11.960	-	-	-
	110.685	63.302	124.105	235.823

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Passivos financeiros				
Valor justo por meio do resultado: (*)				
- Swap de taxa de juros	-	-	4.395	12.134
- Swap cambial	-	21.770	-	21.770
Custo amortizado:				
- Empréstimos (**)	271.485	174.808	488.325	471.933
- Partes relacionadas	14.132	38.304	-	-
- Fomecedores	3.804	214	10.520	35.160
	289.421	235.096	503.240	540.997

(*) Os valores de derivativos a valor justo encontram-se registrado na conta de empréstimos, nota 17.

(**) Empréstimos contemplam os saldos de: empréstimos de curto e longo prazo e debêntures.

23.3. Objetivos da administração dos riscos financeiros

O Departamento de Tesouraria Corporativa da Companhia presta serviços às empresas do Conglomerado Battistella, coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

Quando necessário, a Companhia busca minimizar os efeitos desses riscos ao utilizar instrumentos financeiros derivativos para exposições do risco de “hedge”. O uso de derivativos financeiros é regulado pelas políticas da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios escritos relacionados aos riscos de câmbio, de taxa de juros e de crédito, ao uso de derivativos financeiros e instrumentos financeiros não derivativos, e ao investimento da liquidez excedente. A Companhia não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

23.4. Risco de mercado

Em virtude de suas atividades e contratação de empréstimos e financiamentos e debêntures para suportá-los, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados à taxa de câmbio, incluindo:

- “Swaps” de taxa de câmbio para mitigar o risco de aumento das taxas de câmbio.
- “Swaps” de taxa de juros para mitigar o risco de variação das taxas de juros.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual a Companhia administra e mensura esses riscos.

23.5. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia faz transações em moeda estrangeira; conseqüentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas por meio da utilização de contratos de *swaps*.

Os contratos relacionados a “Swaps” de taxa de câmbio foram liquidados em 01 de setembro de 2011 no montante de R\$ 5.400 sendo os ajustes entre a posição ativa e passiva registrados no resultado no subgrupo de despesas financeiras.

23.6. Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que suas controladas e coligadas obtêm empréstimos com taxas de juros pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da avaliação periódica dos indicadores de mercado.

Análise de sensibilidade da taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 10% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7.

Se as taxas de juros fossem 10% mais altas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes:

- O prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 aumentaria em R\$ 2.983. Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

Contratos de “swap” de taxa de juros

De acordo com o contrato de “swap” de taxa de juros, a Companhia concorda em trocar a diferença entre os valores de taxas de juros prefixadas por taxas de juros pós-fixadas calculadas a partir do valor notional acordado. O valor justo dos “swaps” de taxa de juros no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros utilizando as curvas no encerramento do exercício e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato e está demonstrado a seguir. A taxa de juros média está baseada nos saldos a pagar em aberto no encerramento do exercício.

O valor do principal do contrato de “swap” de taxa de juros é R\$ 13.000, sendo que taxa pós-fixada é de 130% do CDI, cujos valores justos (parte ativa e passiva) estão divulgados na nota explicativa 23.2., sendo o montante apurado líquido de R\$ 31 a pagar.

O referido contrato de “swap” de taxa de juros é liquidado mensalmente pelo valor líquido da diferença entre as taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

23.7. Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº475/08

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando o período até o término das operações. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no. 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

<u>Risco</u>	<u>Instrumento/operação</u>	<u>Valores Absolutos em R\$ mil</u>		
		<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
De taxa de juros	<i>Empréstimos - Taxa Fixa</i>	4.611	4.611	4.611
De taxa de juros	<i>Swap</i>	116	264	412
De taxa de juros	<i>Empréstimos - moeda nacional CDI</i>	330.698	352.000	374.038
De taxa de juros - Porto	<i>Empréstimos - moeda nacional IPCA</i>	733.649	820.628	917.347

23.8. Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes segmentos e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira dos clientes.

Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas com estes devedores são provisionadas.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos pela Companhia relativos a empréstimos e financiamentos, debêntures registrados no passivo da Companhia. A exposição máxima da Companhia corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada. Em 31 de dezembro de 2011, o valor de R\$ 488.356 (R\$ 475.344 em 31 de dezembro de 2010) foi reconhecido no balanço patrimonial consolidado como passivo financeiro (ver notas explicativas 17 e 18).

Bens mantidos como garantia e outras garantias de crédito

A Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros, exceto com relação ao contas a receber do leasing financeiro, que possuem como garantia o próprio bem arrendado.

23.9. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros que serão auferidos neste período e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Passivo

		Controladora (BR GAAP)					
	Taxa média de	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2011							
Fornecedores	4,3%	2.444	1.395	74	-	-	3.913
Empréstimos (*)	17,2%	17.119	34.526	74.023	163.780	-	289.448
Partes relacionadas	12,0%	-	-	14.182	-	-	14.182
		19.563	35.921	88.279	163.780	-	307.543
31 de dezembro de 2010							
Fornecedores	3,3%	183	29	2	-	-	214
Empréstimos (*)	17,6%	2.631	3.114	40.161	226.618	-	272.524
Partes relacionadas	12,0%	-	-	28.787	15.750	-	44.538
		2.814	3.143	68.950	242.368	-	317.276

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
Taxa média de	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2011						
Fornecedores	4,3%	6.863	3.657	152	24	10.696
Empréstimos (*)	17,2%	17.979	37.309	104.585	391.320	624.845
		24.842	40.966	104.737	391.344	635.541
31 de dezembro de 2010						
Fornecedores	3,3%	17.815	13.035	4.310	-	35.160
Empréstimos (*)	16,1%	62.669	30.551	72.789	308.282	715.535
		80.484	43.586	77.099	308.282	750.695

(*) Empréstimos contempla os saldos de: Empréstimos, financiamentos, duplicatas descontadas, debêntures e arrendamentos financeiros

A tabela a seguir mostra em detalhes a análise de liquidez dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com as entradas (saídas) de recursos líquidos e não descontadas dos instrumentos derivativos que permitem liquidação pelo valor líquido e com as entradas (saídas) de recursos brutos desses derivativos que exigem a liquidação pelo valor bruto. Quando o valor a pagar ou receber não é fixo, o valor apresentado é determinado com base nas taxas de juros projetadas conforme demonstrado pelas curvas de desempenho existentes no encerramento do exercício.

Controladora (BR GAAP)				
Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos
31 de dezembro de 2011				
Liquidação pelo valor líquido:				
"Swap" cambial	-	-	-	-
31 de dezembro de 2010				
Liquidação pelo valor líquido:				
"Swap" cambial	-	-	(7.900)	-
Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos
31 de dezembro de 2011				
Liquidação pelo valor líquido:				
"Swaps" de taxa de juros	(9)	(19)	(88)	-
31 de dezembro de 2010				
Liquidação pelo valor líquido:				
"Swaps" de taxa de juros	(33)	(60)	(270)	(180)

Linhas de financiamento

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Conta garantida assegurada:				
Não utilizada	300	300	1.300	1.800
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento até 2011 e que podem ser estendidas de comum acordo:				
Não utilizada	-	-	-	3.000

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os prazos de vencimento não descontados dos ativos financeiros, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

Ativo

Controladora (BR GAAP)						
Taxa média de	Menos de um mês	De uma a três meses	De três meses a um ano	De uma a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2011						
Contas a Receber	9,3%	32.568	27.490	8.169	2.301	70.782
Valores a receber de arrendamento mercantil	9,9%	1.084	1.147	1.325	-	3.703
Partes relacionadas	12,0%	-	-	6.557	11.960	18.517
Outras contas a receber		-	-	3.407	-	3.407
		33.652	28.637	19.458	14.408	96.409
31 de dezembro de 2010						
Partes relacionadas	12,0%	-	-	5.600	-	5.600
Outras contas a receber		-	39.045	-	-	39.045
		-	39.045	5.600	-	44.645
Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
Taxa média de	Menos de um mês	De uma a três meses	De três meses a um ano	De uma a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2011						
Contas a receber	9,3%	40.861	33.350	85	66	80.517
Valores a receber de arrendamento mercantil	9,9%	1.084	1.147	1.325	-	3.703
Outras contas a receber		-	-	3.407	-	3.407
		41.945	34.497	4.817	213	87.627
31 de dezembro de 2010						
Contas a receber	9,3%	116.971	4.026	3.639	1.025	127.784
Valores a receber de arrendamento mercantil	9,9%	57	404	1.211	-	5.240
Outras contas a receber		-	39.045	-	-	39.045
		117.028	43.475	4.850	2.123	172.066

23.10. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de curto e longo prazo e partes relacionadas tem valores contábeis que se aproximam de seus valores de mercado.

Os passivos financeiros não derivativos empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com partes relacionadas e outras contas a pagar, tem valores contábeis se aproximam com os seus valores de mercado.

O valor justo das debêntures foi calculado em R\$ 118.574 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 99.826 em 31 de dezembro de 2010). Este instrumento financeiro foi calculado pelo nível 2).

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. Os “swaps” são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, baseadas na cotação das taxas de juros.

Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia (contratos futuros de moeda e swaps de troca de variação cambial por taxas de juros) são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2.

Durante o período não houve nenhuma transferência entre o nível 2 para os níveis 1 e 3.

24.IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – OPERAÇÕES CONTINUADAS**24.1. Composição dos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidas no Ativo e Passivo:**

Ativo		Consolidado					
	Battistella Ind.e Comércio	Battistella Veículos Pesados	Battistella Distribuidora	Battistella Adm.e Partic (controladora)	Modo Battistella Reflorestamento	Itapoá Terminais Portuários	Total
IR Diferido	-	732	160	-	-	6.265	7.157
CSLL Diferido	-	264	57	-	-	2.256	2.577
Saldo em 31/12/2010	-	996	217	-	-	8.521	9.734
IR Diferido	-	-	-	97	-	13.144	13.241
CSLL Diferido	-	-	-	44	-	4.753	4.797
Saldo em 31/12/2011	-	-	-	141	-	17.897	18.038

Passivo		Consolidado					
	Battistella Ind.e Comércio	Battistella Veículos Pesados	Battistella Distribuidora	Battistella Adm.e Partic (controladora)	Modo Battistella Reflorestamento	Itapoá Terminais Portuários	Total
Provisão p/Imposto de Renda Diferido	15	19	16	63	371	-	484
Provisão p/Contr. Social Diferido	6	7	5	31	134	-	183
Saldo em 31/12/2010	21	26	21	94	505	-	667
Provisão p/Imposto de Renda Diferido	17	-	-	64	273	-	354
Provisão p/Contr. Social Diferido	6	-	-	32	148	-	186
Saldo em 31/12/2011	23	-	-	96	421	-	540

24.2 Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

	31.12.2011		31.12.2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultado antes do IRPJ e da CSLL das operações continuadas	(38.985)	(38.159)	7.215	15.145
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota de 34%	13.255	12.974	(2.453)	(5.149)
Efeito tributário das principais adições (exclusões):				
Equivalência Patrimonial	(1.078)	-	9.275	-
Provisões não dedutíveis	(55)	(2.073)	10	(1.173)
Efeitos da Lei 11.638/2007 - RTT	(470)	(1.163)	(787)	(605)
Diferenças de tributação empresas controladas - lucro presumido	-	(1.025)	-	(1.702)
Tributos com exigibilidade suspensa	(41)	556	(2)	6.439
Resultados em operações de Swap, não dedutíveis (efeito temporal)	-	116	-	1.872
Prejuízos fiscais e bases negativas geradas no exercício, sem crédito diferido (a)	(10.641)	(12.681)	(5.975)	(11.864)
Outros efeitos líquidos	(2.414)	1.080	(98)	4.454
	(14.699)	(15.190)	2.423	(2.579)
Imposto de renda e contribuição social	(1.444)	(2.216)	(30)	(7.728)
Corrente	(24)	(10.964)	-	(11.529)
Diferido	(1.420)	8.748	(30)	3.801
Despesas contabilizada no resultado - operações continuadas	(1.444)	(2.216)	(30)	(7.728)

Composição dos impostos diferidos no resultado:

	31.12.2011		31.12.2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Impostos diferidos				
Impostos diferidos reconhecida no exercício corrente sobre prejuízos fiscais - (b), (c)	(1.494)	9.376	-	3.725
Baixa (reversão de baixas anteriores) de impostos diferidos ativos	(6)	(377)	-	335
Baixa (reversão de baixas anteriores) de impostos diferidos passivos	80	(251)	(30)	(259)
Reflexo contabilizado no resultado	(1.420)	8.748	(30)	3.801

- (a) Refere-se principalmente aos prejuízos nas empresas que não registraram IR e CSLL diferidos sobre essas diferenças, por não possuírem segurança razoável de lucros tributários futuros.

- (b) A empresa controlada Battistella Veículos Pesados, incorporada em novembro de 2011 na controladora e os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (provisão para contingência, provisão para liquidação de devedores duvidosos e provisão para estoques obsoletos) foram baixados, sendo que a Administração não possui razoável segurança que os lucros tributáveis futuros dos próximos 4 anos garantiram a compensação dos referidos impostos diferidos existentes na data do balanço.
- (c) A empresa controlada Itapoá Terminais Portuários S.A. registrou em 2011, imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos acumulados e base negativa da contribuição social sobre o resultado do ano, sendo que a Administração possui razoável segurança que os lucros tributáveis futuros dos próximos 9 anos garantiram a compensação dos referidos impostos diferidos existentes na data do balanço. A Administração da empresa estima que a realização dos referidos ativos diferidos ocorrerá como segue:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2012	-
2013	278
2014	851
2015	1.100
2016	1.478
2017	2.151
2018	2.537
2019	2.875
2020	3.609
2021	<u>3.018</u>
Total (*)	<u>17.897</u>

(*) Considerando o percentual de participação da Companhia na controlada em conjunto e a realização apenas dos impostos diferidos da referida controlada.

Prejuízos fiscais e base negativa

Os prejuízos fiscais compensáveis para apuração do imposto de renda na Controladora e no Consolidado totalizam respectivamente R\$ 10.641 e R\$ 12.681 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 43.246 e R\$ 293.771 em 31 de dezembro de 2010), e as bases negativas de cálculo da contribuição social totalizam respectivamente R\$ 31.298 e R\$ 37.163 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 47.049 e R\$ 340.893 em 31 de dezembro de 2010). A Administração da Companhia registrou impostos diferidos ativos, apenas sobre os prejuízos fiscais e bases negativas relativos as empresas, que compõem o consolidado da Companhia, que possuem razoável segurança dos lucros tributáveis futuros.

25. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<u>Receita operacional bruta</u>				
Vendas	62.376	-	1.018.336	1.054.025
Prestação de serviços	1.609	90	32.236	25.036
Outras receitas	31	-	7.096	2.448
	<u>64.016</u>	<u>90</u>	<u>1.057.668</u>	<u>1.081.509</u>
<u>Deduções sobre vendas/serviços</u>				
Impostos sobre vendas/serviços	(6.215)	(13)	(105.388)	(113.487)
Devoluções e abatimentos	(26)	-	(3.003)	(2.203)
	<u>(6.241)</u>	<u>(13)</u>	<u>(108.391)</u>	<u>(115.690)</u>
<u>Receita operacional líquida</u>	<u>57.775</u>	<u>77</u>	<u>949.277</u>	<u>965.819</u>

26. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Até final do ano de 2009 o segmento “Distribuidora”, mencionado na nota explicativa 30, era composto de duas unidades operacionais: energia auxiliar - EA e mecânica, transmissão e potência – MTP. No entanto a Administração da Companhia decidiu descontinuar as duas operações.

Em consonância com o planejamento estratégico da Companhia de concentrar seus negócios nos segmentos florestal, logística e de energia, a Administração da Companhia decidiu: a) vender estoques, marca e outros da operação de distribuição de rolamentos industriais e outros itens de transmissão de potência (operação MTP) para a Nortel Suprimentos Industriais S/A (“Nortel”), conforme Fato Relevante de 18 de janeiro de 2010 e Comunicado ao mercado de 18 de fevereiro de 2010. O valor da referida operação se aproxima do saldo contábil existente em 31 de dezembro de 2009; b) Em 09 de dezembro de 2011, foi assinado contrato de intenção de venda das operações da operação de Energia Auxiliar (operação EA) junto a SDMO do Brasil, sendo assim, todos os ativos e passivos da operação foram reclassificados para uma conta própria no ativo e passivo circulantes, estes ativos e passivos serão mantidos até que seja completada a operação, o que ocorreu efetivamente, em 03 de fevereiro de 2012, conforme nota explicativa 36.

Análise do prejuízo do exercício das operações descontinuadas

O resultado das operações descontinuadas incluídos na demonstração do resultado está apresentado a seguir. O prejuízo comparativo e os fluxos de caixa das operações descontinuadas foram reapresentados para incluir essas operações classificadas como descontinuadas no período corrente.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.12.2011	31.12.2010
Resultado do exercício das operações descontinuadas		
Receita com vendas e serviços	145.458	175.835
Outras receitas	11	13
	145.469	175.848
Deduções sobre a receita bruta	(31.282)	(42.546)
Custo das vendas	(92.891)	(106.700)
Lucro Bruto	21.296	26.602
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas Comerciais	(13.327)	(17.343)
Despesas gerais e administrativas	(11.261)	(13.177)
Resultado financeiro, líquido	(6.248)	(6.249)
Outras receitas operacionais	2.209	(473)
	(28.627)	(37.242)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(7.331)	(10.640)
Imposto de renda e contribuição social	(166)	174
Prejuízo do exercício operações descontinuadas	(7.497)	(10.466)

Ativos e passivos diretamente associados a ativos de operações descontinuadas

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31.12.2011	31.12.2010		31.12.2011	31.12.2010
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalente de caixa	557	-	Fornecedores	15.955	21
Contas a receber	31.169	6.875	Obrigações sociais e fiscais	5.707	-
Tributos a Recuperar	775	-	Parcelamentos	3.054	-
Estoques	11.950	-	Adiantamentos recebidos	2.358	-
Outros créditos	328	-	Provisões	2.614	-
	44.779	6.875	Outros valores a pagar	254	-
				29.942	21
Ativo não circulante			Passivo não circulante		
Realizável a Longo Prazo	1.488	-	Parcelamentos	2.599	-
Tributos a Recuperar	1.445	-	Provisões	748	-
Depósitos judiciais	43	-	Obrigações sociais e fiscais	48	-
Imobilizado	2.802	66		3.395	-
Intangível	119	-			
	4.409	66			
Total do ativo	49.188	6.941	Total do passivo	33.337	21

Ativos na controladora diretamente associados a ativos de operações descontinuadas

	Controladora	
	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	6.875	-
Transferência de investimento para operação descontinuidade	6.183	6.875
Realização dos valores de operação descontinuada	(278)	-
Contas a receber de operações descontinuadas na redução de capital da controlada	4.038	-
Provisão para perda do contas a receber	(1.153)	-
Reflexo na Controladora	15.665	6.875

Fluxo de caixa das operações descontinuadas

	Operações Descontinuadas	
	31/12/2011	31/12/2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social (operações descontinuadas)	(7.497)	(10.466)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		
Depreciação e amortização	599	723
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	2.008	3.195
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(418)	776
Provisão para contingências	585	80
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	9.426	(13.311)
Estoques	2.472	11.425
Impostos a recuperar	785	(374)
Outras contas a receber	(147)	284
Despesas antecipadas	(14)	106
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(958)	(6.493)
Obrigações tributárias e sociais	1.130	(261)
Adiantamento de clientes	(1.090)	(210)
Juros sobre empréstimos pagos - terceiros	(1.970)	(2.589)
Transações com partes relacionadas	19.459	2.765
Outras contas a pagar	1.299	1.386
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	25.669	(12.964)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado	(449)	(206)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(449)	(206)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos - terceiros	21.392	56.822
Pagamento de empréstimos e financiamentos - terceiros	(47.451)	(46.076)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(26.059)	10.746
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES		
DE CAIXA OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(839)	(2.424)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.396	3.820
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	557	1.396
	(839)	(2.424)

27. INFORMAÇÃO SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Custos variáveis (matérias primas e materiais de consumo)	50.336	-	770.796	764.503
Aluguéis	499	1	7.346	9.583
Depreciação, amortização	180	347	8.119	8.096
Exaustão	-	-	8.363	16.985
Despesas de pessoal	4.678	6	60.898	59.046
Despesas tributárias	96	-	2.595	2.621
Despesas contratuais	43	6	225	6
Frete e carretos	467	-	5.659	8.426
Bonificações, revisões e manutenção RM	335	-	2.496	7.054
Gastos com contingências	-	-	-	1.323
Honorários assessores jurídicos e terceiros	1.641	1.140	15.569	13.457
Outros	3.277	47	39.252	43.762
Total	61.552	1.547	921.318	934.862

Classificados como:	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	51.584	-	823.673	837.955
Despesas comerciais	3.458	-	29.018	32.044
Despesas gerais e administrativas	6.510	1.547	68.627	64.863
Total de despesas	61.552	1.547	921.318	934.862

28. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Alienação de investimento	(51)	11.461	(67)	11.461
Reversão (provisão) para contingências (c)	(197)	1	(5.848)	-
Resultado com baixa e/ou alienação do ativo imobilizado	52	(543)	5.356	10.579
Recuperação de custos e despesas (a)	450	133	11.498	2.138
Provisão perda desvalorização ativos	-	-	-	(2.290)
Custo de ociosidade (b)	-	-	(6.129)	-
Ganhos/Perdas Extraordinárias (d)	11	-	(1.221)	(121)
Outras receitas e (despesas) operacionais	52	57	(961)	(121)
Total	317	11.109	2.628	21.646

(a) O acréscimo em Recuperações de despesas refere-se principalmente à recuperação de impostos pagos indevidamente de Pis e Cofins, no montante de R\$ 7.550, e ajuste decorrente de consolidação de parcelamento na área florestal, no montante de R\$ 2.300.

(b) O custo de ociosidade refere-se a custos fixos não alocados aos produtos na operação portuária e reconhecidos diretamente como despesa no período incorrido, em atendimento ao CPC 16.

(c) O acréscimo na constituição de provisões decorre principalmente do reconhecimento de provisões de riscos trabalhistas e cíveis com provável perda de causa.

(d) Perdas extraordinárias referem-se às baixas de créditos a receber em empresas inativas.

29.RESULTADO FINANCEIRO

29.1. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Juros ativos	432	35	2.259	979
Rendimento de aplicações financeiras	827	-	1.241	1.813
Descontos obtidos	78	29	260	125
Leasing	-	-	-	425
Ajuste a valor presente	373	303	1.371	1.717
Outras receitas financeiras	3	92	3	206
Total	1.713	459	5.134	5.265

29.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Perdas com operações de SWAP	(2.346)	-	(2.346)	(3.040)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(26.230)	(25.956)	(38.765)	(38.053)
Juros passivos sobre parcelamentos	(1.047)	(1.017)	(2.481)	(2.674)
IOF	(661)	(84)	(4.986)	(5.406)
Descontos concedidos	(622)	-	(2.603)	(1.646)
Ajuste a valor presente	(699)	-	(1.200)	(1.226)
Outras despesas financeiras	(3.265)	(619)	(22.178)	(3.631)
Total	(34.870)	(27.676)	(74.559)	(55.676)

29.3. Variação cambial líquida

A variação cambial líquida é representada substancialmente por transações no consolidado de operações comerciais de exportações e importações, além de variação sobre contratos de empréstimos em moeda estrangeira. Na Controladora o montante de variação cambial ativa é de R\$ 802 (variação cambial passiva de R\$ 2.486 em 31 de dezembro de 2010) e no Consolidado os montantes de variação cambial ativa é de R\$ 1.340 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 141 em 31 de dezembro de 2010).

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a que o principal tomador de decisão gerência o negócio e considerando os critérios estabelecidos no CPC 22 (IRFS 8).

Os segmentos e produtos estabelecidos pela Companhia são:

- a) Florestal (silvicultura, logística florestal, e industrialização de componentes de madeira);
- b) Veículos pesados (veículos novos Scania, veículos seminovos e peças e serviços); e
- c) Logística Porto (porto para logística de *contêineres*, localizado em Santa Catarina.

As informações por segmentos reportáveis estão apresentadas a seguir:

30.1 Receitas e Lucros por segmento

A abertura de receitas e resultados por segmentos está disposta a seguir:

Consolidado (IRFS e BR GAAP)										
	2011					2010				
	FLORESTAL	VEÍCULOS PESADOS	LOGÍSTICA PORTO	OUTROS	TOTAL	FLORESTAL	VEÍCULOS PESADOS	LOGÍSTICA PORTO	OUTROS	TOTAL
Receita líquida das operações continuadas	97.290	851.326	8.653	31	957.300	97.542	878.257	-	90	975.889
Varição do valor justo dos ativos biológicos	(661)	-	-	-	(661)	12.812	-	-	-	12.812
Custo dos serviços prestados	(83.764)	(745.029)	(3.698)	-	(832.491)	(86.514)	(761.393)	-	-	(847.907)
Lucro bruto das operações continuadas	12.865	106.297	4.955	31	124.148	23.840	116.864	-	90	140.794
Despesas operacionais	(15.469)	(66.387)	(18.134)	(3.667)	(103.657)	(22.245)	(71.169)	(7.791)	9.033	(92.172)
Provisão para desvalorização de ativos (impairment)	-	-	-	-	-	(2.290)	-	-	-	(2.290)
Resultado antes do resultado financeiro das operações continuadas	(2.604)	39.910	(13.179)	(3.636)	20.491	(695)	45.695	(7.791)	9.123	46.332
Resultado financeiro	(2.385)	(19.442)	(15.495)	(30.763)	(68.085)	(5.484)	(10.699)	1.386	(29.702)	(44.499)
Lucro antes dos efeitos tributários das operações continuadas	(4.989)	20.468	(28.674)	(34.399)	(47.594)	(6.179)	34.996	(6.405)	(20.579)	1.833
Imposto de renda e contribuição social	(1.379)	(10.213)	9.376	-	(2.216)	(1.382)	(10.041)	3.724	58	(7.641)
Prejuízo líquido do exercício das operações continuadas	(6.368)	10.255	(19.298)	(34.399)	(49.810)	(7.561)	24.955	(2.681)	(20.521)	(5.808)
a) Conciliação das receitas dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:										
Total de receitas para segmentos reportáveis para operações continuadas					957.300					975.889
Eliminação de receitas entre segmentos de operações continuadas					<u>(8.023)</u>					<u>(10.070)</u>
Receita líquida da entidade de operações continuadas					<u>949.277</u>					<u>965.819</u>
b) Conciliação dos lucros (prejuízos) dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:										
Total do lucro (prejuízo) para segmentos reportáveis para operações continuadas					(49.810)					(5.808)
Eliminação do resultado entre segmentos					<u>9.435</u>					<u>13.225</u>
Lucro (prejuízo) do exercício					<u>(40.375)</u>					<u>7.417</u>

Receita dos principais produtos e serviços:

A receita dos principais produtos já encontram-se aberta no item anterior, pois os seguimentos, são segregados e representados pelos principais produtos da Companhia.

- a) Florestal (Reflorestamento e industrialização de componentes de madeira);
- b) Veículos pesados (veículos novos Scania – principal atividade, veículos seminovos e peças e serviços).

30.2. Ativos e Passivos por segmento

ATIVOS DOS SEGMENTOS	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
FLORESTAL	165.241	178.672
DISTRIBUIDORA	-	86.077
VEÍCULOS PESADOS	143.850	122.505
LOGÍSTICA PORTO	239.423	212.630
OUTROS	4.340	46.706
Total do ativo de segmentos divulgáveis	552.854	646.590

Conciliação dos ativos dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:

Ativos relacionados às operações descontinuadas e destinados a venda	49.188	6.941
Eliminação de ativos entre segmentos	(37.109)	(55.431)
Total do ativo	564.933	598.100

PASSIVOS DOS SEGMENTOS	Consolidado	
	31.12.2011	31.12.2010
FLORESTAL	58.808	61.195
DISTRIBUIDORA	-	62.158
VEÍCULOS PESADOS	144.374	103.900
LOGÍSTICA PORTO	216.960	170.767
OUTROS	70.841	58.539
Total do passivo de segmentos divulgáveis	490.983	456.559

Conciliação dos passivos dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:

Passivos relacionados às operações descontinuadas e destinados a venda	33.337	21
Empréstimos e debêntures captados e não alocado ao segmento	118.533	177.848
Eliminação de passivos entre segmentos	(47.325)	(55.365)
Total do passivo	595.528	579.063

30.3. Outras informações dos segmentos

	Consolidado			
	Depreciação		Adições ao ativo imobilizado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
FLORESTAL	6.132	5.696	4.321	5.392
DISTRIBUIDORA	863	738	448	198
VEÍCULOS PESADOS	1.685	1.351	861	1.183
LOGÍSTICA PORTO	3.777	-	40.731	74.704
OUTRAS	433	580	36	151
Total de adições sobre o ativo de segmentos divulgáveis	12.890	8.365	46.397	81.628

30.4. Informações geográficas

Em 2011 e em 2010 substancialmente as vendas foram realizadas no território brasileiro.

30.5. Informações sobre principais clientes

Não há concentração de vendas por clientes da Companhia e nenhum desses clientes foi responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total em 2011 e em 2010.

31.SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2011 a cobertura de seguros estabelecida pela Administração para cobrir eventuais sinistros contra incêndio e outros danos sobre o imobilizado e responsabilidade civil montava a quantia de R\$ 163.332 (R\$ 171.772 em 2010). Em decorrência da diluição dos riscos envolvidos pela diversidade da localização dos projetos, a Companhia é auto-segurador de suas florestas e dos projetos de reflorestamento, não havendo seguro contratado.

32.COMPROMISSOS

A Companhia possui contratos firmados de locações de imóveis comerciais e locações de veículos para os quais tem o compromisso mensal aproximado de R\$ 617.

33.TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o ano de 2011, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- a) Capitalização de juros ao imobilizado no valor de R\$ 18.015 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 30.285 em 31 de dezembro de 2010).
- b) Compra de imobilizado a prazo no valor de R\$ 1.997 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 3.835 em 31 de dezembro de 2010).
- c) A Companhia alienou imóveis de propriedade da Battistella Distribuidora Ltda. no valor justo total de R\$ 18.500. Não havia sido recebido em caixa ou equivalentes de caixa no final de 31 de dezembro de 2010 no valor de R\$ 2.000.
- d) O montante a receber da alienação pela Companhia da sua participação na empresa Vale do Rio Canoas de R\$ 38.489 não havia sido recebido em caixa ou equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2010.
- e) Aquisição de terrenos e imóveis na controladora pela redução de capital social na controlada Battistella Distribuidora e Ind. De Peças e Equip. Ltda. em novembro de 2011 no montante de R\$ 1.437.

34. PREJUÍZO POR AÇÃO

<u>Proveniente de operações continuadas</u>		Controladora / Consolidado			
		Média em relação ao total		Média em relação ao total	
	31.12.2011			31.12.2010	
DENOMINADOR					
Ações ON - R\$ 1	49.911.902	33%		49.911.902	33%
Ações PN - R\$ 1	99.765.826	67%		99.765.826	67%
Total de Ações	149.677.728			149.677.728	
NUMERADOR					
Lucro (prejuízo) de operações continuadas atribuído para classes de ações - em R\$ 1	(40.429.000)			7.185.000	
Resultado de operações continuadas por ação básico e diluído	(0,270)			0,048	
<u>Proveniente de operações descontinuadas</u>		Controladora / Consolidado			
		Média em relação ao total		Média em relação ao total	
	31.12.2011			31.12.2010	
DENOMINADOR					
Ações ON - R\$ 1	49.911.902	33%		49.911.902	33%
Ações PN - R\$ 1	99.765.826	67%		99.765.826	67%
Total de Ações	149.677.728			149.677.728	
NUMERADOR					
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas atribuído para classes de ações - R\$	(7.497.000)			(10.466.000)	
Resultado de operações descontinuadas por ação básico e diluído	(0,050)			(0,070)	

Não há diferença entre o prejuízo básico e prejuízo diluído na Companhia para o ano de 2011 e de 2010.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES**a) Alienação de investimento em empresa Controlada**

Em 09 de dezembro de 2011 foi celebrado Contrato de Compra e Venda de quotas da Battistella Distribuidora para a empresa SDMO do Brasil Ltda., o qual previa data de fechamento após cumpridas condições precedentes previstas no referido Contrato. Em 03 de fevereiro de 2012 ocorreu a venda definitiva de 100% das cotas sociais da Battistella Distribuidora e Ind. de Peças e Equipamentos Ltda.. Com base em cláusula do referido Contrato, o valor ajustado na referida transação ainda encontra-se em processo de auditoria mas tem como premissa básica o valor dos ativos líquidos da Battistella Distribuidora na data de 31 de janeiro de 2012.

b) Intenção de Venda do Segmento Florestal

Conforme “fato relevante” publicado no dia 19 de março de 2012, a Companhia, em atendimento ao disposto no parágrafo 4º, artigo 157, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e na Instrução CVM nº 358, de 3.1.2002, e no interesse informar aos seus acionistas, ao mercado em geral, e aos demais interessados, vem a público informar que contratou uma instituição financeira de primeira linha para assessorar a Companhia em sua intenção de alienar em todo ou em parte as atividades do setor florestal atualmente desenvolvidas por suas controladas (“Operação”), em linha com seu atual planejamento estratégico voltado a concentração de suas atividades na área de transporte e logística e redução do seu endividamento de curto e longo prazo, sem, entretanto, se desfazer das atividades industriais de processamento de madeira, que continuarão em atividade. Os principais termos e condições da Operação estão abaixo descritos.

I.OBJETIVO: A Operação tem como objetivo implementar o atual planejamento estratégico da Companhia, voltado a concentração das suas atividades (e das demais empresas de seu grupo econômico) nos segmentos de transporte e logística, de forma a possibilitar a expansão de suas operações e aumento da competitividade em tais segmentos. Em linha com o planejamento estratégico da Companhia, recursos advindos da Operação serão utilizados para a redução do seu passivo de curto e longo prazo.

II.PRINCIPAIS TERMOS E CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO: A estrutura da Operação encontra-se em fase de desenvolvimento pela Companhia, juntamente com seus assessores, e deve possibilitar a concentração de

todos ou de parte relevante de seus ativos relacionados a atividades do setor florestal atualmente desenvolvidas por suas controladas em um único veículo, o qual será objeto de alienação.

Os ativos relacionados a atividade florestal a serem objeto da Operação consistem, especialmente, na propriedade de imóveis rurais localizados no estado de Santa Catarina e do Paraná com área total aproximada de 40 mil hectares, dos quais, 16 mil hectares de área produtiva, contendo reflorestamento de pinus taeda, além das atividades de negócio relacionadas, tais como silvicultura e colheita, dentre outros.”

36.APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 12 de março de 2012.